

8 de Janeiro 2018  
Segunda-Feira  
Semanário - Ano 2  
Nº 91 / kz 400  
Director-Geral  
Evaristo Mulaza



SUGESTÃO FOI DADA NA REUNIÃO COM EMPRESÁRIOS

# PR quer estrangeiros a trocar divisas já no aeroporto



João Lourenço sugeriu que a compra de kwanzas possa ser feita logo à entrada no aeroporto internacional. É uma das formas que o Presidente encontra para combater o mercado informal de divisas. A sugestão foi feita aos empresários, durante a reunião com a equipa económica. Pág. 16

MEDIDA DEFENDIDA NO OGE

# Governo isenta análises a matérias-primas

**SAÚDE PÚBLICA EM RISCO.** O Governo justifica a medida com a necessidade de “dinamizar a produção não-petrolífera”, mas o presidente da AIA não tem dúvidas de que a decisão é “precipitada” por pôr “em risco a saúde pública”. Pág. 8

## BNA compromete crédito

A alteração do regulamento sobre a constituição das reservas obrigatórias é um entrave à expansão do crédito à economia, segundo Fernando Teles. Em causa, está a inclusão dos empréstimos concedidos a vários projectos estatais, que, como considera o banqueiro que lidera o Banco BIC, deve reduzir a liquidez da banca. Pág. 14

Moedas AKZ USD 166,7 Kz (+0) ▲ EUR 200,46 kz (+0,69) ▲ LIBRA 225,63 Kz (+0,63) ▲ YUAN 25,63 Kz (+0,05) ▲ RAND 13,48 Kz (-0,01) ▼

# Descarregue a App

Visite o website: [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)



## METAS E OPTIMISMO

**M**enos fácil do que elencar os desafios do Governo neste ano é estimar as condições reais e expectáveis nas quais a equipa de João Lourenço se suporta para assumir metas tão ousadas no Orçamento Geral do Estado, com incidência sobre o crescimento económico a roçar os 5% e o défice fiscal a recuar abaixo dos 3%. Antes de nós, algumas análises, como a do Standard Bank, anteciparam-se a olhar com “riscos substanciais” o primeiro Orçamento aprovado por João Lourenço, e os receios são fundados.

As metas do Orçamento para este ano assentam, em tese, no optimismo de um ‘comportamento disciplinado’ do preço do petróleo, em alinhamento com as análises que prevêm a estabilização do barril do crude na casa dos 60 dólares, face à pressão da OPEP, com o prolongamento dos cortes na produção. Mas, como nos recordam vários alertas, além de a oscilação do preço do petróleo poder estar sujeita a factores diversos impossíveis de prever, ainda não se pode estimar a resposta da produção norte-americana às investidas da OPEP. Por outras palavras, é precisamente este cenário de estabilidade dos preços nos chamados ‘níveis sustentáveis’ para a generalidade dos produtores que pode levar os

operadores norte-americanos a inundarem a oferta, contrariando gravemente os esforços até ao momento bem-sucedidos do cartel do qual Angola faz parte.

O Governo tem a seu favor também o discurso da melhoria do ambiente de negócios que concorre para a atracção do investimento privado. E, com base neste argumento, espera contar com uma contribuição substancial do sector não-petrolífero, para o qual é projectado um crescimento de 4,4%. Mas, mais uma vez, este optimismo parece não relevar o suficiente as possíveis externalidades que venham

a decorrer de alterações no mercado petrolífero, além dos esperados choques que advirão da já reconhecida depreciação do kwanza.

Em abono da verdade, os factos e a experiência acumulada explicam que as diferenças proibitivas entre os câmbios do formal e do paralelo não resultaram necessariamente da taxação administrativa pelo BNA. O factor preponderante, além da inquestionável redução das receitas em moeda externa, foram os estrangulamentos que colocaram os dólares e os euros na rua, em detrimento dos bancos, e que, por isso, deixaram os agentes económicos a mercê do humor dos ‘kinguilas’ e de quem os alimenta/va. Por outras palavras, a definição administrativa da taxa de câmbio nos últimos anos não gerou qualquer resultado em termos de aproximação dos dois mercados, mas não se pode negar que, em alguns momentos, tenha criado alguns limites psicológicos no informal.

Com a adopção formal do câmbio flutuante, são esses limites psicológicos no mercado informal (onde a maioria esmagadora das famílias realiza a sua vida) que podem ser ultrapassados, com consequências imprevisíveis na depreciação dos rendimentos e logicamente no poder de compra das famílias. É por isso que fazem sentido os receios que questionam as capacidades reais que existem para se fazer face a um eventual novo descarrilamento do kwanza.



### FICHA TÉCNICA

**Director-Geral:**

Evaristo Mulaza

**Directora-Geral Adjunta:**

Geralda Embaló

**Editor Executivo:** César Silveira

**Editor Online:** António Nogueira

**Editor gráfico:** Pedro de Oliveira

**Redacção:** António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

**Fotografia:** Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

**Secretária de redacção:** Rosa Ngola

**Paginação:** Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

**Revisores:** Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

**Colaboradores:** Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

**Produção gráfica:** Notiforma SA

**Propriedade e Distribuição:** GEM Angola Global Media, Lda

**Tiragem:** 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:**

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

**Assistente da Administração:** Mariquinha Rego

**Departamento Administrativo:** Jessy Ferrão e Nelson Manuel

**Departamento Comercial:** Arieth Lopes, Geovana Fernandes

comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

**Nº de Contribuinte:** 5401180721;

**Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

**Endereço:** Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade,

Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510,

222 320511 Fax: 222 320514

**E-mail:** administracao@gem.co.ao

# A semana

## 3 PERGUNTAS A...



**Camilo Ceita,**  
director-geral do INE

**Qual é a taxa real de desemprego em Angola, considerando que há números desencontrados?**

A taxa de desemprego actual é de 20%. Temos conhecimento de instituições que falam em 26%, outras em 23%, mas não são dados oficiais. A taxa de desemprego, segundo o INE, é 20%, que isso fique claro.

**Mas há quem defenda que o INE produz dados para convir o Governo?**

Não há espaço para isso. Eu próprio, enquanto director, não permitiria, primeiro, por uma questão de credibilidade e defesa da instituição, segundo, porque os Institutos Nacionais de Estatísticas regem-se por normas internas.

**Os dados do INE já são tidos em conta pelas agências internacionais?**

É um facto. São utilizados pelas agências das Nações Unidas, por exemplo, a UNICEF produziu um relatório sobre o estado e a situação da criança e, no caso de Angola, considerou os dados do INE. É verdade que antes as agências produziam os seus dados com base em projecções porque Angola só começou a produzir informações estatísticas a partir de 2005.

TERÇA-FEIRA

O ministro da Justiça e dos Direitos Humanos garantiu que já está em preparação a legislação para o repatriamento de capitais na sequência do repto lançado pelo Presidente da República, João Lourenço, em Dezembro, para os cidadãos com dinheiro no estrangeiro, garantindo a definição de um período de graça.

QUARTA-FEIRA

O Ministério da Agricultura reduziu de 30 milhões para sete milhões de kwanzas o subsídio que era destinado à Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola (UNACA). A informação foi avançada pelo presidente da confederação que justificava o corte com excessivos atrasos salariais.

QUINTA-FEIRA

Dois contratos de investimento mineiro, no valor de dez milhões de dólares, foram aprovados pelo Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos para a exploração de ouro em Cabinda. Os contratos foram outorgados à Mineira Buco-Zau e o outro à Sociedade Mineira Lufo.

SEXTA-FEIRA

O governador do Cunene, Kundi Painhama, anuncia, durante a cerimónia de cumprimento do ano novo, que a província tem prevista a execução de 43 novos projectos socioeconómicos ligados as áreas da saúde, educação, fomento ao agropecuário, estradas, energia e águas.

SÁBADO

O Instituto Nacional de Supervisão de Jogos advertiu as salas de jogos 'Fortuna ou Azar', de provarem as respectivas existências, no prazo de seis meses, ameaçando encerrar as que não forem registadas.

DOMINGO

A direcção da Agricultura, Pecuária e Pesca de Benguela anuncia a construção de bebedouros para apoiar os criadores de gado, visando evitar os constrangimentos decorrentes da estiagem que causou a morte de mais de duas mil cabeças de bois em alguns municípios.



## SEGUNDA-FEIRA

Começaram a ser comercializados, pelas repartições fiscais e agentes autorizados pelo Ministério das Finanças, os selos da taxa de circulação referentes a 2017. Estão disponíveis 780 mil e a AGT aumentou em 22,69% o preço em relação a 2016, justificando a medida com a necessidade de reajustar a taxa face à inflação.



## COTAÇÕES



### EUROPA EM MÁXIMOS DE DOIS MESES

Os principais índices europeus fecharam a primeira semana de Janeiro com ganhos. Até à tarde do dia 5, os mercados valorizaram pela terceira sessão consecutiva – a mais longa série de ganhos em dois meses – impulsionados pelos ganhos das cotadas da saúde e automóvel. O índice que reúne as maiores cotadas desta última indústria atingiu o valor mais alto desde Junho de 2015, depois de JPMorgan ter dito que 2018 será um ano de 'bull market'. O Stoxx600 ganhou 0,93% para 397,35 pontos, o valor mais elevado desde Novembro do ano passado.



### PETRÓLEO CAI PRESSIONADO PELA GASOLINA

O petróleo acabou a semana a negociar com 'sinal vermelho' nos mercados internacionais, depois de duas sessões consecutivas de ganhos. A contribuir estão os dados que mostram que os inventários de gasolina e diesel, nos EUA, aumentaram, que sinaliza, segundo analistas, uma eventual queda futura na procura por crude por parte das refinarias. O West Texas Intermediate (WTI), negociado em Nova Iorque, caiu, por exemplo, em 1,26% para 62,23 dólares, enquanto o Brent, transaccionado em Londres, recua 0,91% para os 67,45 dólares.

# Economia/Política

ANALISTAS PERSPECTIVAM O ANO À LUPA

# Os grandes desafios para 2018

**PERSPECTIVAS.** Vários agentes económicos estão alinhados com a perspectiva geral de um exercício económico melhor do que foi o ano passado, com a projecção inscrita no OGE do crescimento do PIB a roçar os 5%. Mas o Governo de João Lourenço terá de vencer outros desafios para chegar à meta.

Consolidação orçamental  
Estabilidade cambial  
Controlo da dívida pública  
Atracção de investimento  
Racionalização do sector empresarial público  
'Desembargo' da banca

Por César Silveira

## CRESCIMENTO ECONÓMICO

Manter e corresponder à grande expectativa que se criou, interna e externamente, com o novo executivo para a estabilidade e desenvolvimento económico é o principal desafio do Governo para 2018. O sucesso implica alcançar várias metas e vencer diversas frentes.

Uma destas frentes é o crescimento da economia em 4,9%, como está previsto no Orçamento Geral do Estado (OGE) para este ano. Um desafio hercúleo se se considerar as baixas taxas de expansão económica dos últimos anos e as incer-

tezas que ainda gravitam à volta do preço do petróleo.

Muitos especialistas acreditam ser possível alcançar, pelo menos, um crescimento acima dos 4%, mas consideram mais difícil criar as condições para se manterem níveis de crescimentos semelhantes a 2019. Apresentam como pressuposto, para acreditar no crescimento proposto, a tendência de aumento do preço do petróleo, bem como a previsão de incremento da produção do petróleo com o início de novos projectos. “A nossa previsão para o crescimento de Angola em 2018 está marcadamente acima do consenso dos analistas, a 4,1%, comparado a 2%, principalmente alicerçado pelo aumento de curto prazo na produção de petróleo no poço Kaombo, da Total, que quando estiver ope-

racional vai aumentar a produção em 230 mil barris por dia”, escreveu, por exemplo, em Setembro, a consultora BMI Research.

## DÍVIDA PÚBLICA

A colocação da dívida pública, calculada em 38,6 mil milhões de dólares, em níveis sustentáveis é outro grande desafio, sem o qual “será impossível o desenvolvimento de Angola” como defende o economista Precioso Domingos, sugere uma auditoria para apurar o estágio real da dívida e a tentativa de negociação da mesma. Uma posição também defendida por outros especialistas. “Existe o desafio de inverter esta situação de endividamento excessivo e também de encontrar soluções para



*Muitos especialistas acreditam ser possível alcançar, pelo menos, um crescimento acima dos 4%, mas consideram mais difícil criar condições para se manterem níveis de crescimentos semelhantes a 2019.*

reestruturar o endividamento com a duração mais dilatada (a longo prazo), menos onerosas (taxas de juro mais baixas) e sem garantias apoiadas com a produção de petróleo”, defende, por sua vez, o economista Salim Valimamade. No final de 2017, o volume da dívida pública estava estimada acima dos 61% do PIB. À redução da dívida, poder-se-ia juntar o desafio de alcançar a redução na ordem de 2,9 pontos percentuais do défice orçamental de 2018 para 2,9% quando comparado com os 5,8% de 2017.

#### AMBIENTE DE NEGÓCIOS E SECTOR EMPRESARIAL PÚBLICO

A criação de um ambiente favorável de negócios é o outro grande desafio, visto ser determinante para estimular o investimento privado (e estrangeiro), sobretudo no sector não-petrolífero, pressuposto determinante para a diversificação da economia (a criação das bases concretas e firmes para a diversificação nos próximos anos é outro desafio para 2018).

Neste sentido, impõe-se uma revisão da lei de investimento privado, segundo diversos especialistas. Aponta-se a necessidade de revisão da obrigatoriedade do investidor estrangeiro ter uma parceria nacional, fixada em 35%. As implementações com o sucesso da medida que vai obrigar (segundo promessa do Presidente da República) do repatriamento de dinheiros de angolanos, depositados no estrangeiro, também se destacam entre os desafios, além de poder vir a representar um contributo determinante para o aumento do investimento privado.

Ainda no sector empresarial, o outro grande desafio prende-se com a mudança de paradigma na gestão das empresas públicas, para as tornar rentáveis, como defende Faustino Mumbica. Um sinal positivo seria a publicação dos respectivos relatórios e contas nos canais estipulados pela Lei do Sector Empresarial Público.

Das mais de 60 empresas, a Sonangol tem sido a excepção na prática de apresentação e publicação dos relatórios com regularidade. Também representaria um ganho para a conclusão dos processos de privatização de empresas públicas e o início de novas privatizações, mas com maior rigor e



transparência quando comparado ao que tem acontecido, defendem observadores.

#### EFICIÊNCIA NOS PETRÓLEOS

A conclusão ou, pelo menos, início do processo de reestruturação dos petróleos com o objectivo de tornar o sector mais eficiente é outro desafio. O mote foi lançado em Maio de 2016 com a aprovação e publicação do modelo de reajustamento da organização dos petróleos que, entre outras medidas, preconizava que a Sonangol viria a dedicar-se, exclusivamente, a ser concessionária e surgiriam outros intervenientes como o Conselho Superior de Acompanhamento do Sector Petrolífero (COSAP) e a Agência para o Sector Petrolífero. No entanto, recentemente, João Lourenço criou um grupo de trabalho para reapreciar o referido modelo.

Ainda no sector petrolífero, faz parte dos desafios terminar o ano com a certeza de que o país terá (ou não, caso seja essa a decisão) uma nova refinaria, sobretudo devido ao histórico de fracasso na construção da Refinaria do Lobito.

#### ‘EMBARGO’ DA BANCA E DÍVIDA COM RESSEGURADO

Os desafios também abrangem o sector bancário e financeiro. O mais visível é o resgate das relações com os bancos norte-americanos. Uma das principais consequências do ‘embargo’ dos EUA é o desaparecimento do dólar entre as divisas disponibilizadas pelo BNA para os bancos comerciais. “Não teremos hipóteses de continuar a ser bons

4,9%

Perspectiva de crescimento da economia pelo OGE para 2018

38,6

Mil milhões de dólares, valor da dívida pública

2,9%

Défice orçamental projectado para 2018

bancos e a fazer boas operações para o exterior se não tivermos de volta a relação com os bancos norte-americanos, será muito difícil, porque, parecendo que não, o mundo ainda anda à volta do dólar”, defende a

administradora executiva do BFA, Manuela Moreira.

É consenso entre os especialistas que a alteração do quadro actual é o principal desafio da banca e acreditam ser possível, ainda este ano, o país dar sinais concretos ao mercado internacional de estar comprometido com as regras de ‘compliance’. “As autoridades monetárias devem introduzir políticas e práticas para restabelecer novamente a confiança do sistema financeiro internacional e, dessa forma, canalizar mais fluxos financeiros para Angola, através de investimentos directos e linhas de financiamento com melhores condições”, defende Salim Valimamade.

Enquanto isso, o desafio continua a ser a gestão rigorosa e transparente das poucas divisas disponíveis (consequência do referido embargo e da quebra do preço do petróleo). O aumento da taxa de bancarização (que, em Dezembro, estava fixada em cerca de 59%) é outro desafio, sobretudo se se considerar a meta que era atingir uma taxa de 60% em 2015, lançada em 2012.

A melhoria dos serviços, visando a fidelização dos clientes, e a digitalização dos serviços também constam da ‘carteira’ de desafios da banca, assim como os bancos responderem, positivamente, à exigência de aumento de capital. O pagamento da dívida por parte das seguradoras destaca-se, por sua vez, entre os desafios do sector segurador, visto que o incumprimento pode comprometer a relação com os parceiros internacionais.

#### INFRA-ESTRUTURAS

Nas infra-estruturas e serviços essenciais (com destaque para as estradas, água, energia), é um grande desafio encontrar o caminho para que, definitivamente, a insuficiência deixe de constar da lista das maiores preocupações dos diversos agentes económicos com destaque para os investidores. E fazer com que os resultados dos investimentos, até agora, sejam uma realidade. O lançamento com sucesso do primeiro satélite angolano, Angosat, em Dezembro, também representa um desafio tanto para o sucesso operacional como comercial do projecto.

#### ESTABILIDADE DA MOEDA

O recuo do Governo na intenção de desvalorização do kwanza para optar pela depreciação a ser ditada pelo mercado representa um outro grande desafio, sobretudo pelo peso que a escassez de divisas no circuito formal tem para o insucesso da medida. Ou seja, para se ter sucesso, seria necessário garantir o acesso à moeda estrangeira pelo circuito formal sem grandes constrangimentos. Caso contrário, seria o circuito informal a ditar a taxa de câmbio. Portanto, o grande desafio passa a ser evitar que o mercado formal ande a reboque do informal na nova política cambial em que se passa do câmbio fixo para o flutuante, permitindo que seja o mercado formal a criar o equilíbrio da taxa de câmbio.

# Economia/Política

Continuação da página 5

## A VOZ DOS AGENTES ECONÓMICOS



**RUI SANTOS**, empresário

Os maiores desafios para 2018 são: primeiro, cumprir o OGE e depois o Estado decidir e conseguir renegociar os 'timings' e compromissos assumidos em relação às linhas de crédito. A outro nível, o aumento da produção nacional de bens alimentares e, consequentemente, a diminuição da importação de bens alimentares. A nível tecnológico, o Estado deve conseguir que as plataformas tecnológicas que actualmente têm uma grande dependência do exterior sejam 'angolanizadas'.



**BARTOLOMEU DIAS**, empresário

Dos muitos desafios, o principal é a recuperação económica porque, sem ela, por muito exercício que possamos fazer, o resultado será o mesmo de 2017. A recuperação económica passa, necessariamente, pela capacidade de perceber e agir em tempo oportuno em todos os sectores. As oportunidades estão associadas ao tempo. Os problemas, que causaram o estrangulamento da economia, estão identificados há muito tempo. Temos só de tomar as decisões correctas para que o comboio volte aos carris.

**SALIM VALIMAMADE**, economista

Destaco cinco desafios: crescimento económico; ajustamentos nas políticas monetárias, cambial e fiscal; nível de endividamento externo e interno; atracção de investidores internacionais e as relações com o sistema financeiro internacional; dinâmica populacional.

O país vive um momento em que o crescimento económico tem um ritmo mais estagnado, devido à queda do preço do petróleo e ao grau acentuado de dependência da economia do sector petrolífero. Além de afectar negativamente o crescimento económico, o baixo crescimento do sector tem proporcionado uma grande volatilidade nas variáveis macroeconómicas, como as taxas de juro, inflação e a taxa de câmbio. É necessário criar incentivos e mecanismos imediatos para promover outros sectores de produção, por forma a substituir os produtos importados e, se possível, serem competitivos para a exportação. É fundamental atrair mais investimentos para esses sectores produtivos, melhorando, para esse efeito, o ambiente de negócios e a facilidade nos investimentos privados, como os outros países têm feito para gerar mais confiança na economia.



**FERNANDO PACHECO**, engenheiro agrónomo

O desafio fundamental será a adopção, por parte dos governantes e das instituições públicas, de novas práticas que permitam que os males sejam corrigidos. É preciso ganhar confiança nas instituições. Daqui deriva um desafio da maior importância: a mudança de procedimentos na contratação pública, no acesso ao crédito e na atribuição de divisas. Acaçar com o favorecimento das afinidades político-partidárias e das elites habituais e permitir que os jovens empresários possam fazer parte não do banquete que viciou a economia, mas do desenvolvimento do mercado. O desafio da inflação afigura-se importante para que se tenha almofadas para a austeridade que se adivinha. E aqui colocam-se outros dois grandes desafios: a gestão da dívida e a atracção de investimentos. Finalmente, temo que se esteja a delinear uma estratégia que virá a ser mais do mesmo, pois não foi dada a conhecer uma séria avaliação do Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza. O combate à pobreza passa por uma estratégia ousada de apoio à agricultura familiar, para a melhoria da produção destinada ao autoconsumo e ao mercado, e às micro, pequenas e médias empresas para um crescimento rápido da oferta de emprego nas áreas rurais.

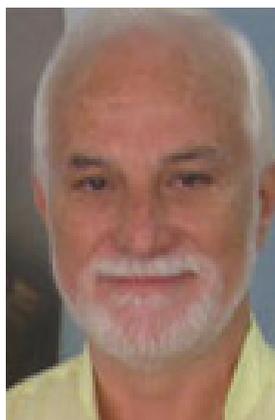


**JAIME FREITAS**, empresário

Iria apontar como o desafio mais importante a ética, a que Angola necessita fundamentalmente de aprender. Partido, Governo, órgãos de informação públicos e privados e sociedade em geral precisam de aprender a viver com a verdade. Tão simples como isso.

O factor mais importante com impacto económico, financeiro e social passa pela estabilização do valor do kwanza. Sem ser atingido este objectivo essencial, será difícil ter uma economia estável, sustentável e motivadora, fundamental ao crescimento do emprego de que necessitamos como de pão para a boca, todos os dias.

Lamento não me alongar num tópico que daria para um texto muito extenso, mas resumidamente aponto dois aspectos fundamentais a observar pelo nosso Governo e pela sociedade angolana se efectivamente nos queremos afirmar em África e no mundo.



**PRECISO DOMINGOS**, economista

Será impossível o desenvolvimento de Angola sem a resolução da dívida pública. Só a dívida de curto prazo evoluiu de um peso grave de 32% dos orçamentos de 2016 e 2017 para um peso de morte de 53% em 2018. A capacidade do Governo investir nas áreas de desenvolvimento (saúde, educação e infra-estruturas) é cada vez menor por causa dos compromissos de dívida não esclarecidos. A dívida pública está desvirtuada, deixou de ser um instrumento para aportar recursos para o Estado e transformou-se num mecanismo de extracção e acumulação de recursos a partir de mecanismos financeiros. O novo Presidente deve instaurar uma auditoria. Todos os contribuintes precisam de saber qual é a dívida total bruta (não a líquida conforme os governos gostam de apresentar como forma de camuflar a gravidade do problema), quais são as taxas de juro, quem são os credores, quem negociou e qual foi a contrapartida dessa dívida.





- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



### ✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



### ✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



### ✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



### ✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



### ✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



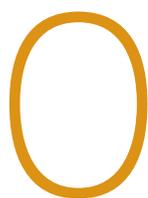
# Economia/Política

MEDIDA COLOCA EM RISCO A SAÚDE PÚBLICA, SEGUNDO A AIA

## Matérias-primas importadas isentas de análises laboratoriais

**INDÚSTRIA.** Análises laboratoriais às matérias-primas vão deixar de ser obrigatórias. A Associação dos Industriais entende a medida como uma “precipitação” por “não defender a saúde pública”. A redução de impostos de bebidas e prioridade aos ‘feitos em Angola’ também fazem parte das apostas do Governo.

Por Isabel Dinis



Governo vai extinguir a obrigatoriedade de realização de análises laboratoriais às matérias-primas importadas, acreditando que assim consegue aumentar e dinamizar a produção não-petrolífera, segundo o relatório de fundamentação do Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2018.

Inscrita nas acções ‘políticas para o aumento da produção não-petrolífera na indústria transformadora’, a medida é considerada “precipitada” pelo presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, “por não defender a saúde pública”.

O líder da organização dos industriais defende que a decisão seja “condicionada e não abrangente” por, no mercado internacional, também se assistir a “graves problemas” com as matérias-primas. “Há matérias-primas que podem trazer riscos. Amanhã, podemos



Especialistas defendem ponderação na aplicação da medida.

entender que as matérias-primas usadas para produção de plástico causam cancro. O milho é matéria-prima e pode ser transgénico e a lei não permite o uso de transgénico”, alerta Severino.

O biólogo e técnico do laboratório do Ministério da Agricultura Alcides Castro também não encara

“com bons olhos” a extinção da obrigatoriedade das análises laboratoriais por se tratar de “uma questão de saúde pública”. Defende que as análises “não devam ser tratadas como questões administrativas”, porque “mexem com a saúde das pessoas”. “A medida só é benéfica para o importador. Para a saúde

pública, não é uma boa medida. Todas as medidas que o Estado vem tomando passam por tornar mais fácil a produtividade e a disponibilização de produtos, mas é preciso que o processo de mudança seja acompanhado com algum grau de rigor e segurança para não comprometer a saúde”, reforça.

Entre as principais matérias-primas importadas, destacam-se o clínquer que, por norma, aparece entre os três produtos mais importados, assim como os açúcares. No segundo trimestre do ano passado, o ferro e os artefactos de matérias têxteis também estiveram entre as mais importadas.

Entre as políticas para aumentar a produção não-petrolífera na indústria transformadora, constantes no OGE, o Governo propõe-se ainda reduzir os preços dos exames laboratoriais dos produtos nacionais com a intenção de diminuir os custos das exportações, que é uma das principais preocupações dos exportadores. Está também prevista a redução das taxas de imposto de consumo para a produção de bebidas com o objectivo de criar uma efectiva diferenciação face aos produtos importados.

Uma quarta medida é a criação de um sistema de priorização dos produtos ‘Feito em Angola’ nas obras promovidas pelo Estado. O ‘Feito em Angola’ foi lançado há cerca de seis anos com o objectivo de incentivar a produção e, de lá para cá, já se registaram cerca de 900 produtos de 91 micro, pequenas e médias empresas, segundo dados do Governo.

## Exportação para China cresce 48%

As exportações de Angola para a China cresceram cerca de 48%, passando de 12,7 para 18,8 mil milhões de dólares, entre janeiro e novembro de 2017, segundo cálculos do Valor com base os dados estatísticos do instituto alfandegário do país asiático.

O petróleo representou cerca de 96% dos produtos vendidos para a China com 18,07 mil milhões de dólares. Comparativamente ao período homólogo as exportações petrolíferas cresceram cerca de 45% desde 12,5 mil milhões de dólares.

No mesmo período a Angola comprou na China mercadorias no valor de 6,2 mil milhões de dólares, fixando as trocas comerciais em pouco mais de 25 mil milhões de dólares. Comparativamente ao período homólogo registou-se uma redução de cerca de 2%.



O MINISTRO DE ESTADO do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, desafiou a nova direcção do Entrepósito Aduaneiro de Angola a apostar no escoamento dos produtos do meio rural para os centros de consumo, através do “comerciante rural”.



No ano passado, o preço médio por cada barril exportado valorizou, no bloco 17, ao fixar-se nos 52,07 dólares.



PREÇO MÉDIO DO BARRIL VALORIZOU

# Bloco mais lucrativo do país supera receitas anuais

**EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA.** Resultados alcançados pelo grupo empreiteiro do bloco 17 já permitiram ao Estado angolano receitas fiscais na ordem dos 3,9 mil milhões de dólares, contra os três mil milhões do ano anterior.

Por António Nogueira

O bloco 17, liderado pela petrolífera francesa Total, no ‘offshore’ angolano, continua a ser o mais lucrativo do país, tendo gerado receitas na ordem de 660,6 mil milhões de kwanzas (cerca de 3,9 mil milhões de dólares), até Novembro, indicam dados do Ministério das Finanças sobre as receitas ordinárias petrolíferas, a que o VE teve acesso.

Embora não estejam ainda con-

solidadas, as receitas apuradas já superaram os resultados alcançados em todo o ano de 2016, em que estas mesmas cifras totalizaram cerca de 511.035 milhões de kwanzas (pouco mais de três mil milhões de dólares).

No ano passado, o preço médio por cada barril exportado valorizou, no bloco 17, ao fixar-se nos 52,07 dólares por cada unidade contra os 39,92 dólares do ano anterior. Mas em relação ao volume de exportação ocorreu o contrário. Ou seja, em 2017 foram exportados menos barris de petróleo, cerca de 202 milhões, contra os 231 milhões de 2016.

Em termos gerais, as receitas produzidas pelo bloco liderado pela petrolífera francesa, no ano passado, corresponderam a 45%

do total anual (até Novembro), calculado em 1,4 biliões de kwanzas (aproximadamente 8,4 mil milhões de dólares). E a nível da exportação, os números alcançados correspondem a 36,9% do total, fixado em 547,5 milhões de barris.

Próximo do grupo empreiteiro do bloco 17, segue apenas a ‘joint-venture’ que explora o bloco 15, liderada pela Esso Angola, cujo volume da receita se fixou em pouco mais de 353,2 mil milhões de kwanzas (1,5 mil milhões de dólares), correspondente a 24% do total, resultante da exportação de cerca de 97 milhões de barris (17,7% do total), até ao passado mês de Novembro.

Esta não é, no entanto, a primeira vez que o grupo de companhias petrolíferas, liderado pela

## MEMORIZE

- Em Janeiro, com o início da operação da segunda fase do desenvolvimento do campo ‘Dália’, a Total anunciou que estaria capaz de produzir reservas adicionais de cerca de 35 milhões de barris de petróleo e acrescentar 30.000 barris de petróleo por dia à produção do bloco.

202

Milhões de barris de petróleo é o volume total do produto exportado até Novembro de 2017.

3,9

Mil milhões de dólares é o total das receitas geradas com a exportação de petróleo no bloco 17, até Novembro último.

Total, no bloco 17, se destaca em relação ao volume de receita gerada, mantendo uma hegemonia quase histórica, em termos de resultados.

Em Janeiro de 2017, a Total e os seus parceiros mantiveram-se firmes na sua posição. Com o início da operação da segunda fase do desenvolvimento do campo ‘Dália’, a companhia anunciou que estaria capaz de produzir reservas adicionais de cerca de 35 milhões de barris de petróleo e acrescentar 30.000 barris de petróleo por dia à produção do bloco, através de quatro poços de enchimento ligados a uma Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Descarga.

Além da Total (40%), o grupo empreiteiro que explora o bloco 17 integra a Statoil (23,33%), ESSO (20%) e BP (16,67%). O bloco 17 fica situado na bacia do Congo e faz parte dos blocos de águas profundas, tendo da actividade exploratória resultado 17 descobertas comerciais e dois poços secos.

É neste bloco que se encontra o campo Girassol, a maior descoberta de reservas de petróleo na história de Total E&P em Angola.

# Grande Entrevista

FAUSTINO MUMBICA, SECRETÁRIO DA ENERGIA E ÁGUA DO 'GOVERNO SOMBRA' DA UNITA

## “As pessoas não vão repatriar o dinheiro”

O secretário para a energia e água do 'governo sombra' da UNITA revela os aspectos que devem ser alterados na proposta do OGE para contar com o voto favorável do maior partido da oposição. Dá razão aos governantes que não apresentaram as declarações de bens e perspectiva insucesso no desafio de repatriamento do dinheiro depositado no estrangeiro.



Por César Silveira

Q

**ue análise a UNITA faz da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2018?**

É prematuro falar já da nossa posição por apenas agora [o OGE] estar disponível para os vários actores com intervenção relevante. Mas do que já nos deu a perceber, é um Orçamento que, do ponto de vista da estrutura, não foge muito daquilo que tem sido o habitual. Tirando uma ou outra rubrica que trouxe um dado que, não sendo tão novo, é surpreendente quando olhamos para o que foi o discurso do MPLA e, sobretudo do próprio Presidente, enquanto candidato.

Refiro-me ao elevado investimento nos sectores da defesa e segurança em detrimento dos sociais. São as primeiras impressões que nos permitem dizer que há este elemento surpresa. A proposta está a ser analisada em várias perspectivas para ver se, em função disso, se despoleta o diálogo ou se o regime vai adoptar a postura de sempre: aprovar um orçamento que não leva em consideração a necessidade de consensos onde se julgue, não estritamente necessário, mas obrigatório até certa medida porque está ligado a áreas que ultrapassam os espaços dos governos, que envolvem o Estado no seu todo como são a saúde, a educação, a energia e a água.

**A UNITA já procurou entender as razões que levam o MPLA a manter despesas maiores na segurança e defesa em detrimento dos sectores sociais?**

Ficam, claramente, distintas duas opções em termos de políticas e concepção do próprio Estado em relação ao conceito paz, segurança e estabilidade nacional. Existem duas formas de ver as coisas que distinguem a UNITA do MPLA. O MPLA continua a ter a lógica da paz e estabilidade como consequência de uma forte intervenção nos sectores de defesa e segurança. Nós achamos que a paz, a segurança nacional e a própria estabilidade não deveriam ser consequências exclusivas dos sectores de defesa e segurança, mas ter nestes ramos um prolongamento. A segurança nacional deveria ser encarada mais no conceito do desenvolvimento nacional. E aqui a priorização seria para o bem-estar social porque o militar, o polícia, os agentes dos serviços secretos e outros afins não deixam de ser cidadãos. A educação, saúde e a econo-

mia no seu todo deveriam jogar um papel primordial. A UNITA entende que investir fortemente nos órgãos de defesa e segurança não é sinónimo de bem-estar dos seus agentes. O militar, hoje, vive mal, tanto na unidade como no seio da sua própria família, está mal uniformizado e com péssimas condições de trabalho. Se o inverso for feito, estaremos a investir melhor na segurança nacional.

**A UNITA, muitas vezes, é acusada de ignorar os riscos externos quando aborda a questão dos investimentos na defesa e segurança?**

Na nossa perspectiva, as ameaças externas sempre se colocarão, mas pensamos que, se quisermos ter forças armadas mais bem potenciadas, a dimensão humana e do desenvolvimento dos recursos humanos, assim como a dimensão do desenvolvimento

dos vários sectores da sociedade deveriam ser levadas em consideração e ser dos principais pilares da aposta para as demais áreas deste sector serem a extensão. O país não tem tantos problemas do ponto de vista de equipamento militar e vemos uma insistência neste sentido. Além disso, é preciso olhar para a forma de se assegurar a logística para as próprias forças militares. Talvez ganhássemos mais, por exemplo, se se revertesse o actual modelo económico, priorizando a produção nacional. Teria grande impacto no desenvolvimento nacional, inclusive nos ramos ligados aos órgãos de defesa e segurança. Os rios de dinheiro que se gastam com a importação da alimentação poderiam ser substituídos com a produção local. A UNITA não põe de lado os riscos externos que qualquer estado corre, sobretudo um estado à dimensão do

“*Porque é que temos de encontrar, a nível do Ministério da Juventude e Desportos, uma rubrica como é o CANFEU (Campo de Férias dos Estudantes Universitários), que é uma actividade organizada e participada por militantes da JMPLA?*”

nosso, com os níveis de recursos que tem e, também, inserido numa região muito conflituosa e propensa à imigração ilegal.

**Além desta questão das verbas para os sectores da segurança e defesa, há outras preocupações?**

O discurso do presidente da UNITA, por altura dos cumprimentos de fim de ano, apelava para a disposição ao diálogo e cooperação. Deixa linhas muito claras de que há disposição para a UNITA não votar contra. Ou seja, está disposta também a votar a favor desde que este Orçamento obedeça a padrões ligeiramente diferentes, sobretudo no modelo da sua abordagem. Que não se sujeite, exclusiva e excessivamente, ao critério do voto maioritário, mas, sobretudo à necessidade de se conseguirem os consensos para os benefícios comuns. Há vários aspectos no Orçamento que levariam a UNITA a votar contra, mas é prematuro dizer que votará.

**Quais são estes vários aspectos?**

Poderíamos falar da própria estrutura do orçamento no que tange à afectação das verbas. Uma coisa é o discurso e outra é a prática. Na forma de arrumar o próprio orçamento, há coisas que precisam de ser mais bem esclarecidas. Se temos uma organização do Estado que está formada no princípio da sectorização dos vários ramos de acção é incompressível que encontremos rubricas dispersas por vários sectores que chamam a atenção a qualquer um. Por exemplo, porque é que, no Ministério da Administração do Território, aparecerem rubricas tão volumosas e ligadas ao sector da educação quando temos um Ministério da Educação? Temos um Ministério da Saúde, mas encontramos rubricas tão elevadas, ligadas à saúde, em sectores como a Casa de Segurança da Presidência da República. Temos a questão da despartidarização do Estado. Porque é que temos de encontrar, no Ministério da Juventude e Desportos, uma rubrica como é o CANFEU (Campo de Férias dos Estudantes Universitários), que é uma actividade organizada e participada por militantes da JMPLA. O mesmo diria dos torneios de hóquei patins e de futebol de velhas guardas José Eduardo dos Santos. Temos ainda a questão das organizações de utilidade pública. Porque é que se colocam rubricas tão avolumadas com esta designação tão opaca. Seria mais sensato

haver uma descrição de quem são essas organizações e que critérios levam a que determinado grupo de organizações beneficie. Porque é que a AJAPRAZ, FESA, Movimento Espontâneo ou a AMA-Angola beneficiam e a ADRA ou a Associação Justiça e Paz não? Todos estes aspectos podem ser discutidos.

**Antecipa por flexibilidade na discussão desses aspectos?**

Deixe-me acrescentar que há ainda aqueles aspectos que se prendem com a duplicação de rubricas. Temos uma mesma no Ministério da Economia e no Ministério da Indústria e, em muitos casos, com verbas duplicadas. Temos também questões de investimentos públicos que carecem de algum esclarecimento. É o caso daqueles que dizem respeito à demarcação das fronteiras marítimas.

*A UNITA entende que investir fortemente nos órgãos de defesa e segurança não é sinónimo de bem-estar dos seus agentes.*

100

Milhões de dólares, orçamento que Moçambique dedica à agricultura familiar.

22

Milhões de dólares, dotação prevista para a agricultura familiar, em Angola

mas. Quase que vêm, sucessivamente, nos vários orçamentos e são rubricas milionárias. Quando é que terminam estes programas? Temos ainda exemplos concretos ligados à diversificação da economia. É a música mais badalada. Há promessas feitas tanto no âmbito eleitoral como do programa do Governo, mas, quando olhamos para determinadas rubricas viradas para a diversificação, notamos que há uma disparidade com o discurso. Não se vai diversificar uma economia com 200 mil dólares. A aposta na agricultura familiar é um exemplo. São alguns exemplos que mostram a necessidade de haver uma discussão aberta, franca e, sobretudo, patriótica.

**Acredita no crescimento da economia de 4,9% como está projectado no Orçamento?**

A maior preocupação não é na percentagem que tem de crescer, mas, sobretudo, em que sector é que precisa de crescer. Até agora, as perspectivas apontam para o crescimento da economia com base no preço do barril do petróleo, tivemos momentos áureos em que o petróleo esteve a caminhar para os 200 dólares, mas vimos o que se passou a seguir. As consequências, estamos a vivê-las até hoje. O perfeito seria se se olhasse mais para o sector não-petrolífero, mas não na perspectiva do discurso (porque na perspectiva do discurso, se formos analisar o relatório de fundamentação e os vários discursos que lhe antecedem qualquer um fica satisfeito). O elemento mais esclarecedor que indica

se estamos ou não a ir bem encaminhados na direcção do discurso ou o contrário é o próprio Orçamento.

**E o que diz o orçamento?**

Temos alguns dados que podem ajudar nesta compreensão. Por exemplo, um programa como o desenvolvimento da agricultura familiar é chave para a diversificação da economia, mas o Orçamento previsto é de 22 milhões de dólares. Significa nada para alavancar a agricultura familiar, sobretudo porque mais de 80% da agricultura no nosso país é familiar. Quando olhamos para o orçamento de países como a Zâmbia, Zimbábue ou Moçambique, estão a falar da aposta na agricultura familiar com cerca de 100 milhões de dólares e qualquer um deles tem menos população. No Ministério da Indústria, encontramos um programa de apoio ao desenvol-

*O militar, hoje, vive mal, tanto na unidade como no seio da sua própria família, está mal uniformizado e com péssimas condições de trabalho.*

vimento da indústria transformadora também com cerca de 22 milhões de dólares, mas a indústria transformadora é chave para a diversificação. Em contra-senso, encontramos no Ministério da Indústria uma rubrica “manutenção de residência de membros do Governo” com quase meio milhão de dólares que se vai repetindo pelos vários ministérios.

**Não estaremos em presença de um Orçamento realista, que admite estar o crescimento da economia ainda muito dependente do petróleo?**

Somos realistas de que, por enquanto, ainda vamos crescer com base nas receitas do sector petrolífero, mas precisamos de ter sinais claros de que, ao longo de 2018, haverá situações significativas que mostram que, em dois ou quatro anos, teremos as condições criadas. Até porque, a nível do relatório de fundamentação, se assume que se pretende que 2018 seja o ano de arranque para que, a médio prazo, consigamos crescer mais no sector não-petrolífero. Mas, desta forma, não se chega lá porque não é com discursos, mas sim com investimentos concretos.

**Qual é o ponto de vista da UNITA sobre a dívida pública?**

O pensamento da UNITA está expresso nos pronunciamentos oficiais da sua direcção. Fala da necessidade de se despartidarizar o Estado. Só assim se conseguiria fazer uma abordagem desapaixionada para as grandes questões que emperram o nosso desenvolvimento. O facto de o Estado estar partidarizado, e o partido estar tomado por dirigentes motivados mais pelo interesse pessoal e de grupo, faz do partido instrumento para se tornar refém do Estado e o interesse destas pessoas subjugam o próprio Estado. Como é que surge o grande endividamento público? É, sobretudo, por termos a prestação de serviços a ser o principal veículo de endividamento do Estado e, aqui, entram as questões como a sobrefacturação e a improbidade pública. Entendemos que a dívida pública é um dos grandes veículos de escoamento do dinheiro dos cofres do Estado para entidades privadas. Se fosse com resultados razoavelmente positivos para o desempenho da economia e o bem-estar da sociedade seria diferente, mas nem para isso.



Mário Mujiques © VE

# Grande Entrevista

PUB

## TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO  
PERSONALIZADO COM  
CONFORTO E  
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO  
NO LOCAL DA CHAMADA**



21 de Janeiro, Bairro Rocha Pinto, Luanda  
Call center

(+244) 947 992 829

(+244) 993 091 599

Trabalhamos com multicaixa



Continuação da página 11

### Caso a UNITA vencesse as eleições, como resolveria a dívida?

As dívidas públicas, nos países que se consideram estados democráticos e de direito, encontram mecanismos, não só no âmbito da discussão política, mas também do próprio Direito. Aquelas dívidas contraídas e que, comprovadamente, serviram o Estado devem ser honradas. Aquelas que foram feitas no quadro dos fantasmas a lógica seria outra, mesmo no actual Governo, daí a necessidade de fazer-se uma abordagem sobre as dívidas. Na nossa condição, antes de se saldar qualquer dívida, impõe-se uma discussão para que se clarifiquem e sejam pagas nos marcos do direito e políticos. A questão não é tanto de ser ou não ser paga, mas, sim, na sua abordagem para se clarificar. Uma vez clarificadas, necessariamente têm de ser pagas. Este não é um problema só da UNITA ou de quem quer que esteja a governar.

### Que resultados espera do combate à corrupção e a outras práticas afins?

As condições básicas estão criadas. Primeiro, há um novo presidente e que empenhou um discurso neste sentido. Há ainda o presidente da UNITA, neste caso por ser o líder da oposição, que também mostra a disposição para que o país consiga sair deste empecilho. São sinais que tranquilizam porque, normalmente, estes vícios se arrastam por aqueles que praticam depois de entrarem numa espécie de autodefesa e esta acaba por ser assegurada através dos mecanismos de estado que eles detêm. A terceira condição, que é fundamental, é a aceitação social. A sociedade despertou e está a aceitar com muito entusiasmo o discurso com esta perspectiva de que precisamos de mudar as coisas. Agora, precisam de ser criadas as condições estruturantes onde devem entrar a acção dos principais autores públicos como é parlamento, o Presidente da República, os tribunais e a comunicação social.

### Que avaliação faz do repto lançado pelo Presidente a quem tenha dinheiro no exterior no sentido de o repatriar?

O Presidente lançou este repto, com certeza, para um discurso público porque, quando analisado com alguma cautela, há muito que se lhe diga. O entendimento com que fiquei é que este discurso está 90% mais direc-

### PERFIL

Nascido em Setembro de 1974, Faustino Morais Mumbica é natural do Kwanza Sul onde fez o ensino primário para depois fazer o ensino médio em de Electricidade Industrial no Instituto Médio Industrial de Luanda (IMIL). Licenciado em Gestão pela Universidade Gregório Semedo, em 2009, é mestrando em Ciências Políticas e Sociais. Entre outras funções no maior partido da oposição já foi secretário provincial adjunto de Luanda, bem como secretário provincial no Namibe. É desde 2015 responde pela pasta de Energia e Água da UNITA, partido que aderiu a 27 de Junho de 1992. É docente do Instituto Superior de Administração e também do Instituto Superior de Angola e já foi presidente da mesa da assembleia-geral do conselho nacional da juventude.

*Antes de se saldar qualquer dívida, impõe-se uma discussão para que se clarifiquem e sejam pagas nos marcos do direito e políticos.*

cionado para aqueles recursos expatriados, sobretudo, de forma ilícita ou, se expatriados de forma lícita, foram retirados dos cofres do Estado de forma ilícita. Ou seja, dinheiros públicos que foram parar fora e em contas de particulares, pela cultura que se criou e pela forma de administrar a coisa pública que tivemos no país. É destes que se terá pronunciado o Presidente. De contrário, não é possível, enquanto não se criarem condições básicas de investimento. Se eu tiver o meu dinheiro, sou livre de investir onde ele rende mais. A questão do investimento não é apenas de patriotismo, mas, sobretudo, de condições de mercado. É preciso que seja rentável.

### E acredita no repatriamento do dinheiro saído de forma ilícita?

Não acredito por duas razões. Primeiro, estas pessoas vão preferir que o Estado recorra a mecanismos legais e, a acontecer, o Estado não será bem-

-sucedido porque, na história recente, não digo do mundo, mas de África, os estados que tiveram estas iniciativas não conseguiram ter sucesso (falo da Nigéria, Congo Democrático, Zâmbia, Líbia, Egipto). Por outro lado, penso não estarem criadas as condições para que essas pessoas possam fazê-lo.

### Quais são estas condições?

As garantias políticas que não podem se limitar ao discurso do Presidente. Estou recordado que faz tempo que a UNITA foi falando da necessidade de um debate nacional sobre os crimes económicos. Impõe-se. E não pode ser uma questão particular do Presidente da República. Tem de ser uma questão do Estado que envolve todas as sensibilidades. No final, vai requerer a necessidade de uma amnistia. Não acredito que estas pessoas tragam este dinheiro sem que, primeiro, estejam criadas estas condições. Também o Presidente fez o apelo, mas é apenas uma acção de charme porque ele sabe quem são estas pessoas. Dentro do MPLA conhecem-se e sabem, inclusive, com quanto é que cada um está a gozar lá fora.

### Muitos governantes não entregaram as respectivas declarações de bens, segundo o procurador-geral da República. É mais um desafio para o Presidente da República?

Sim, mas esta questão da declaração de bens precisa de ser vista com uma lupa diferente. Não vejo porque é que tem de ser apenas o Procurador-Geral da República o fiel depo-

“ Se eu tiver o meu dinheiro, sou livre de investir onde ele rende mais. A questão do investimento não é apenas de patriotismo, mas, sobretudo, de condições de mercado. ”



Mário Mijettes © VE

sitário destas declarações. A quem é que interessa conhecer o que é que o servidor público tem? É ao cidadão, que é o principal fiscalizador. Esta forma de se olhar para a declaração de bens como uma questão de segredo de Estado é, exactamente, o que contribui para o compadrio. Por exemplo, não importa que quem esteja no Moxico saiba o que é que o administrador da minha comuna de residência, em Luanda, tem de património, mas a mim já interessa porque sou contribuinte residente. É preciso haver uma discussão que modele melhor o formato da declaração de bens porque o actual não está correcto. O servidor público deve ser escrutinado pelo detentor do poder público que é o cidadão. Eventualmente muitos não entregaram por pensarem não fazer sentido declarar os bens ao procurador. Provavelmente, no lugar destes, eu preferiria fazer o que o presidente da UNITA fez, uma declaração pública que está na internet. Isto é que é sensato.

**Como analisa a actual situação do sistema financeiro e bancário do país?** Falar do sistema bancário é falar da economia de um modo global. Temos um problema sério que tem como causas principais problemas políticos. Há fragilidades do sistema bancário e do circuito financeiro que permitem que indivíduos se movimentem com milhões de dólares em malas. Estamos com um problema sério de liquidez no sistema bancário porque a maior parte do dinheiro está nos contentores. Temos uma rede comercial

*Se o Estado quer que prosperemos, é preciso apostar fortemente, sobretudo, no cooperativismo agrícola.*

muito forte, assegurada por cidadãos expatriados, que só aceitam pagamentos em 'cash', mas também não fazem de forma isolada, tem cobertura. A forma como se deu a saída de capitais e como é feita a transacção de bens e serviços a nível do nosso mercado deixam claro que o problema não é apenas do circuito financeiro, mas é político. Não é normal que alguém retire milhões do BNA e ninguém saiba como saiu, depois se prende o motorista e/ou o contínuo do banco. É de bradar os céus e revela que os governantes conhecem, perfeitamente, estes esquemas. Muitos são os condutores e utilizam a raia miúda para bode expiatório. Não tenho dúvidas de que muitos dos que são presos, ou caem na armadilha ou estão coniventes, ganham para ficar na cadeia. Estes dinheiros saíram, continuaram a sair e, se calhar, continuam a sair porque há cobertura política.

**Se tivesse de citar alguns, quais acha que são os maiores desafios**

**económicos e financeiros do país para este ano?**

O primeiro tem que ver com o desempenho do sector empresarial público. É um grande desafio que o Presidente da República tem de tê-lo como cavalo de batalha. Não podemos aceitar que tenhamos empresas tão improdutivas como as que prestam serviços nas áreas de electricidade, água, recolha de lixo em cidades como Luanda, Benguela, Lubango, ou seja, em todas as capitais provinciais que acabam por concentrar maior parte da população. Não podemos aceitar que o salário do professor atrase e o da ENDE, EPAL, ENANA ou da Endiama também. Por razões simples. São empresas que podem, devem e têm de ser rentáveis ao ponto de assegurarem a remuneração do pessoal, desde os gestores aos funcionários de base.

**Há um segundo?**

O outro desafio económico tem que ver com o sector informal. Há dois programas no Ministério do Comércio e no Ministério da Economia que estão versados para a reconversão da economia informal. É um sector que pode ser bastante rentável para o Estado em termos de tributação, mas precisa de encontrar melhores condições. É preciso olhar para os vários mercados e dar-lhes condições em termos de infra-estruturas e acabar com as práticas actuais em que há muita gente a tributar, mas para um particular. Falo também dos sectores como agricultura familiar, que é uma actividade informal, e das pescas. Se o Estado quer que prosperemos, é preciso apostar fortemente, sobretudo, no cooperativismo agrícola. Não há tanto dinheiro para investir em cada família, mas, agregando é possível. Este investimento tem de ir ao encontro dos locais onde, efectivamente, se faz a agricultura. É preciso apostar-se nas pessoas para que localmente possam andar. É um grande desafio que o Governo deveria ter como prioritário e não da forma que estamos a ver, como diversão e ou manobras dilatórias. Há um terceiro e este é extensivo aos deputados. É preciso estabelecer um eixo de simetria que coloque definitivamente os vícios para trás e termos um novo marco. Este Orçamento já pode ser aprovado com aquelas rubricas a que me referi, autênticas armadilhas. Quero acreditar que o Presidente da República está finto. Ele tem assessores e é importante que se certifique de que este Orçamento vem para servir.

PUB

## Todas as segundas-feiras Angola tem mais...

**PAÍS VIZINHO RECLAMA RECURSOS DA 'ZONA CONJUNTA'**  
**RD Congo exige indemnização de 500 milhões USD a Angola**  
 A AUTORIZAÇÃO unilateral da Sonangol à Chevron para a exploração de petróleo na 'Zona de Interesse Comum' está na base do conflito que já levou o presidente Joseph Kabila a 'varrer' do seu governo figuras 'favoráveis' a Angola. Pág. 14

**EM CALDA A CRISE DE DIVISAS**  
**Brasileiros querem conversão monetária entre real e kwanza**  
 A Associação de Empresas Brasileiras em Angola (AEBRAN) é a autora de uma proposta que deve ser submetida ao governo brasileiro no sentido de acordos com as autoridades angolanas, para que o real seja aceite em Angola e o kwanza no Brasil. Pág. 16

**Luanda com seis novas centrais eléctricas**  
 Empresa de Produção de Electricidade - PRODEL - adquiriu seis centrais da norte-americana General Electric, no valor de 300 milhões de dólares, que prevêm abastecer mais de 600 mil residências em Luanda. Pág. 18

**CATIVACÃO DE DESPESAS MANTÉM PREVISÕES ECONÓMICAS**  
**Governo descarta revisão imediata do OGE**  
 A entrada do segundo trimestre, o valor do barril do petróleo mantém-se abaixo do preço fiscal inscrito no Orçamento Geral do Estado, mas fontes oficiais avançam que o Governo não admite, para já, a revisão do documento. Os cortes nas despesas de investimento não prioritárias são uma das explicações para a indisponibilidade do Governo em alterar as referências do OGE deste ano. Pág. 10-11

**Descarregue a App**

**Assinaturas:**

assinaturas@gem.co.ao  
 comercial@gem.co.ao



**GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA**

Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

# Mercados & Finanças

SEGUNDO FERNANDO TELES

## Bancos podem cortar no crédito e na compra de títulos

**FINANCIAMENTO.** Presidente do quarto maior banco em activos antevê queda no crédito para o Estado por culpa da alteração do regulamento sobre reservas obrigatórias que “tirou liquidez aos bancos”. Em risco fica o financiamento do défice e projectos de investimento público no OGE 2018 que dependiam, em parte, do recurso à banca.

Por Nelson Rodrigues

Os bancos comerciais podem reduzir, este ano, o financiamento à economia, devido à alteração do regulamento sobre a constituição de reservas obrigatórias que passou a incluir empréstimos concedidos a vários projectos estatais e que reduziu liquidez à banca comercial.

A constatação é do presidente do Banco BIC, Fernando Teles, que, em exclusivo ao VALOR, defende que o mecanismo está a “tirar liquidez aos bancos”. Como exemplo, disse que o banco que lidera já perdeu centenas de milhões de dólares de liquidez, desde a alteração deste instrumento de política monetária.

O Comité de Política Monetária (CPM), do BNA, decidiu, em finais do ano passado, alterar o mecanismo de constituição das reservas obrigatórias em moeda nacional, reduzindo o coeficiente das reservas a ser aplicado

sobre os depósitos dos clientes dos bancos comerciais de 30% para 21%.

“Passam a ser elegíveis para efeitos de dedução do cumprimento das reservas obrigatórias em moeda nacional, exclusivamente, 80% dos desembolsos de créditos em moeda nacional, concedidos a projectos dos sectores da agricultura, pecuária, silvicultura e pescas”, impôs o BNA, no mesmo documento que alterou a taxa de juro básica de 16% para 18%.

O patrão da quarta maior instituição bancária angolana medida pelos activos considera que essa alteração retira a capacidade dos bancos no financiamento à economia, através do crédito e na absorção de

títulos públicos, num ano em que se espera difícil para o Governo, devido ao aumento do défice no Orçamento Geral do Estado (OGE).

“Diz-se que os bancos ganharam liquidez com a alteração da lei das reservas obrigatórias. Não é bem assim. Nós, o BIC, perdemos centenas de milhões de dólares em liquidez, devido a esta alteração”, adianta para depois defender a revisão do regulamento.

“Se isso se mantiver conforme está, não haverá dinheiro para financiar o Estado. É preciso rever o regulamento sobre as reservas obrigatórias.”

A proposta de OGE para 2018 entregue no fim do ano passado à Assembleia Nacional e que deve ser aprovado até 15 de Fevereiro contempla um défice no valor de 697.4 mil milhões de kwanzas, ou seja, 2,9% do Produto Interno Bruto (PIB), ‘buraco’ que deverá ser coberto com recurso a endividamentos, entre domésticos, através da banca comercial, e externo, por via dos mercados financeiros.

### DÍVIDA PÚBLICA INTERNA RENTÁVEL...

O financiamento do défice tem estado a gerar inúmeros debates. Por exemplo, contrariando a perspetiva de Fernando Teles, um funcionário



Fernando Teles,  
presidente  
do Banco BIC

sénior do BFA, que não quis ser identificado, acredita que os bancos vão continuar a apostar no negócio dos títulos porque “sempre foi proveitoso para os dois lados”. Ou seja, apesar da dívida que cresce a níveis recordes. “Apesar desse quadro (crescimento da dívida) o ditado segundo o qual ‘o Estado é bom pagador’ continua a valer na relação com os bancos. Até ao momento, não há sinais de que o Estado deixará de honrar com os compromissos que tem com os bancos”, salientou.

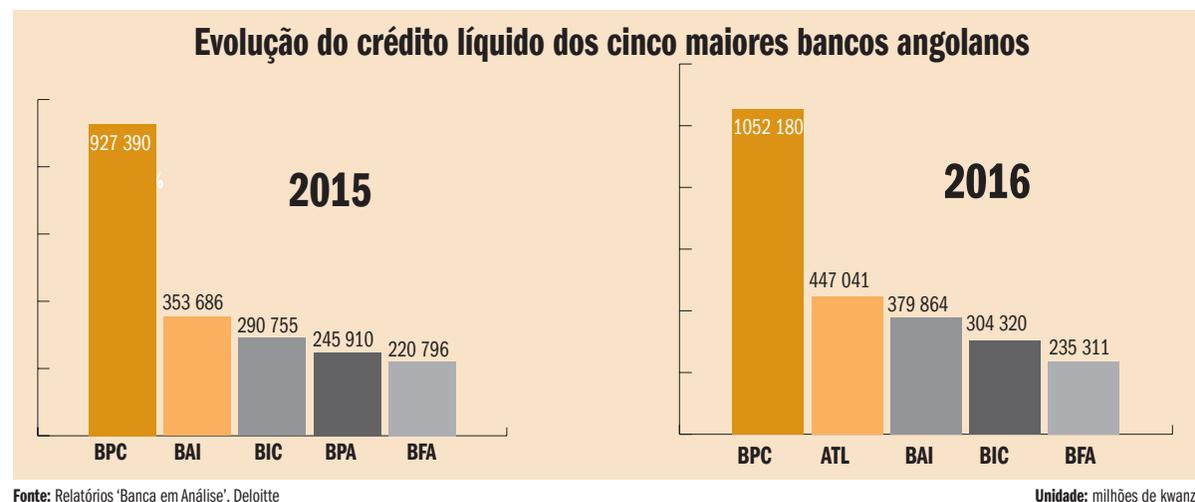
Por sua vez, o analista financeiro Galvão Branco questiona a utilização dos recursos captados por via dos títulos para cobrir despesas corren-

tes em despesas de capital, que inclui projectos de investimento público.

“A minha preocupação não é como os bancos comerciais vão ajudar a cobrir, por via dos títulos, o défice, mas, sim, a aplicação desse dinheiro. A dívida pública angolana é emitida para financiar despesas correntes, em vez de financiar despesas de capital, que têm impacto económico”, observa o analista, da GB-consultores.

Entretanto, diversos analistas concordam que, enquanto se mantiver o défice, e nas actuais condições económicas, ficará sempre cara para o país, a captação de recursos no estrangeiro.

O ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, lembrou, no dia 3 deste mês, na conferência de imprensa que balançou a aplicação do Plano Intercalar, que o Estado “vai lutar para fazer ajustes ao nível do défice fiscal”, ou seja, para diminuir ano após ano o nível do défice. Exemplifica do quadro macroeconómico de 2017, face à proposta orçamental de 2018, que revela uma redução na ordem de 2,9 pontos percentuais, ao sair de um défice de 5,8% do PIB, em 2017, para apenas 2,9% na proposta de OGE deste ano.





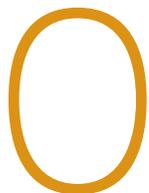
O PRESIDENTE João Lourenço ordenou uma avaliação às participações detidas pelo Estado ou empresas públicas em bancos nacionais e estrangeiros, tendo criado um grupo de trabalho liderado pelo ministro das Finanças que tem 45 dias para, igualmente, efectuar um “diagnóstico de avaliação” às instituições financeiras bancárias públicas e para “definir uma metodologia para a reestruturação” das mesmas.

COM A NOVA MEXIDA NO REGIME CAMBIAL PELO BNA

# Volta a compra de divisas sem ‘interferência’ do Governo

**POLÍTICA CAMBIAL.** Instituições bancárias voltam a ter, ainda este mês, acesso a divisas por via dos leilões, deixando para trás o modelo de vendas directas que dependia dos ministérios. Taxa de câmbio passa a flutuante, mas com a última ‘palavra’ a vir do regulador. Reservas internacionais caíram 33%.

Por Nelson Rodrigues



Banco Nacional de Angola (BNA) decidiu acabar com as vendas direccionadas de moeda estrangeira, tirando

‘poder’ de decisão aos ministérios na selecção das empresas a quem devia canalizar divisas, anunciou o governador da instituição, José de Lima Massano, em conferência de imprensa realizada pela equipa económica do Governo, na semana passada.

De acordo com a estratégia, a medida arranca já este mês, com a “eliminação gradual da venda directa” por sector, para dar lugar, até ao final do trimestre, aos leilões, procedimento que tinha sido suspenso devido à escassez de moeda estrangeira.

“O kwanza perdeu 70% do seu poder de compra. Iremos retomar, por isso, com o sistema de leilões. O que estamos a desenhar é sair progressivamente das vendas directas, queremos terminar no final deste trimestre” adiantou o governador.

O BNA tomou a decisão da venda apenas dentro de um restrito plano de prioridades, em finais de Janeiro de 2016, durante a administração de José Pedro de Moraes. Em instru-

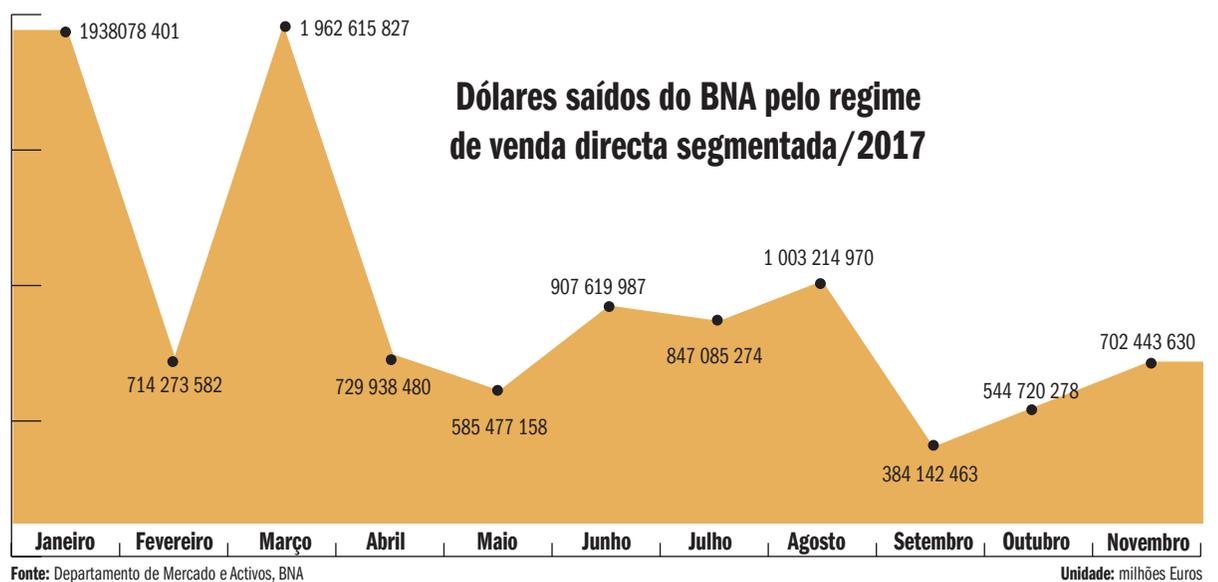
tivo, o banco central informava que as escassas divisas deviam cobrir, entre outros, despesas para bens de primeira necessidade, apoio às famílias e saúde no estrangeiro e necessidades de órgãos do Executivo.

Na administração de Valter Filipe, o BNA reforçava a medida anterior com regras de policiamento ao procedimento de vendas das divisas.

“O BNA efectuará o acompanhamento permanente da aplicação dos recursos cambiais adquiridos pelos bancos comerciais, quer ao BNA, quer a outras fontes. O incumprimento por parte dos bancos das normas em vigor e das instruções específicas é sujeito a penalizações”, alertava o banco central em instrutivo.

Com a nova medida, uma das mais impactantes desde o regresso de Massano à casa das moedas, os bancos voltam a receber directamente nos leilões, onde vão, ainda, definir o tipo de câmbio a praticar no mercado. Este modelo afasta a taxa de câmbio fixa, até agora praticada, e dá lugar à flutuante.

“Iremos fazer uma alteração ao regime cambial. Deixaremos, por isso, de ter um câmbio fixo. E temos aqui, também, algo atípico, que é um câmbio fixo em relação ao dólar e um em relação ao euro. Esta correcção terá de ser efectuada. Vamos adaptar o regime de cambio flutuante. É um processo que terá de ser gerido”, informou José Massano, ao apontar para o alto nível de inflação no país,



que já chegou a casa dos 70%, nos últimos dois anos, além de alertar para o cuidado sobre o novo modelo de câmbio.

“Sabemos bem das implicações que a taxa de câmbio ainda tem sobre o bem-estar de todos, pese embora tenhamos níveis elevados de inflação na economia. Parte do poder de compra já perdemos, com uma inflação acumulada nos dois últimos anos, muito perto dos 70%, que é um paradoxo”, sublinha.

## RIL MAIS BAIXAS EM 2017

De acordo com o BNA, as reservas internacionais líquidas (RIL) caíram,

no ano passado, 33%. Em Agosto, o Governo tinha dinheiro para seis meses de importação, precisamente 15,6 mil milhões de dólares.

“(…). Temos uma pressão elevada sobre as nossas reservas. Os dados referente a 2017, dá-nos indicação de quebra nas reservas na ordem dos 33%. A manter-se este ritmo, precisamos de fazer ajustamentos ao mercado, potenciando as nossas capacidades internas de forma mais agressiva”, disse o governador do BNA, quando insistia na alteração ao regime cambial.

## DIVISASSÓ COM EXPORTAÇÃO

Dos ajustes “agressivos” à capa-

cidade do país em captar divisas, José Massano apontou o aumento da exportação. Na óptica do governador, os bens produzidos em Angola precisam de ser vendidos, em grande volume e a preços altos, no exterior. “Mais divisas para o país, temos de exportar mais. Ou aquilo que exportamos tem de ter um preço mais alto. Ou temos a condição de importar menos”, explicou o regulador, que reconheceu haver redução nos correspondentes bancários, assegurando, no entanto, que há bancos que ainda mantêm relações com esses intermediários na venda da moeda norte-americana.

# Mercados & Finanças

SUGERIDO NA REUNIÃO COM EMPRESÁRIOS

## Presidente quer estrangeiros a trocar divisas no aeroporto

**CÂMBIOS.** João Lourenço sugeriu que os estrangeiros que aterrem em Luanda, com divisas, passem a trocá-las por kwanzas já no aeroporto. O objectivo é evitar o abastecimento do mercado informal de câmbio. País só tem quatro agências de câmbio no único aeroporto internacional. Recomendação saiu da reunião da semana passada com empresários nacionais.

Por Nelson Rodrigues



Os estrangeiros que entram em Angola poderão ser obrigados a declarar quanto trazem, em divi-

sas, e a trocá-las no aeroporto internacional e ou nas fronteiras terrestres, de acordo com uma sugestão do Presidente da República, dada na última semana, à equipa económica do Governo, na reunião com empresários nacionais.

Ao que soube o VALOR, através do presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), José Severino, à saída do encontro com João Lourenço, o Governo pretende acabar com o mercado informal de câmbio, com a ‘proibição’ de circulação de moeda estrangeira por estrangeiros, como forma de impedir a alimentação do mercado cambial.

“Uma das coisas [que foi dita pelo Presidente] é pragmaticamente defender a produção nacional. O cidadão estrangeiro que chega a Angola não tem de andar com divisas. Tem de cambiar no aeroporto, porque isso depois cria outros circuitos que são perversos”, contou José Severino, resumindo uma das intenções do PR, para os próximos dias.

Actualmente, os estrangeiros que entram no país não são obrigados, nem sugeridos, pelas autoridades, a trocarem os seus recursos de moeda estrangeira para kwanzas. O director de Comunicação e Imagem da Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (ENANA), Sílvio Kidy Barros,



João Lourenço,  
Presidente da República

assegura que os estrangeiros nunca foram obrigados a converter moedas no aeroporto internacional.

Sílvio Barros desconhece a orientação, porém, considera que, ao vir do PR, passa a ser de cumprimento obrigatório. “Se é a palavra do Presidente da República, é de cumprimento obrigatório. Não tem nada a ver connosco”, comentou o porta-voz da ENANA.

O presidente da AIA explicou, por outro lado, que já existem indicações neste sentido, apesar de não fazer referências concretas, no que é secundado por Hamilton Macedo, presidente das Associações das Casas de Câmbio.

Para Hamilton Macedo, a sugestão do PR “não é nova” e dá exemplo do regime cambial aplicado ao sector petrolífero, que proibia pagamentos em moedas estrangeiras, seja para

# 4

Número de agências de câmbio no Aeroporto Internacional ‘4 de Fevereiro’, em Luanda

salários, seja para compra de bens e serviços em Angola.

“A medida é obrigatória no sentido de que não são autorizadas, para pagamentos em Angola, moedas estrangeiras. Logo, qualquer indivíduo que tenha moeda estrangeira para fazer qualquer tipo de pagamento no sistema angola-

lano, tem de o fazer em kwanza. Se tiver moeda estrangeira, tem de cambiar”, lembra o presidente das associações das casas de câmbio e sócio-gerente da Nova Câmbio.

O Governo aprovou, em Julho de 2013, o regime cambial aplicado ao sector petrolífero, medida que obrigava aos operadores a efectuarem todos os pagamentos de bens e serviços em kwanzas, de acordo com a lei 2/12, de 13 de Janeiro, cujo objectivo era combater a ‘dolarização’ da economia.

**CASAS DE CÂMBIO APLAUDEM** Segundo ainda Hamilton Macedo, os aeroportos internacionais e domésticos “têm condições” para a captação das divisas que entram pelas mãos de estrangeiros. Apesar disto, existem apenas quatro casas de câmbio no aeroporto interna-

cional ‘4 de Fevereiro’, em Luanda, contabiliza o responsável.

“Posso adiantar que, de há algum tempo a esta parte, o aeroporto criou condições para que se conseguisse captar essas divisas. E, logo à chegada, quer nos aeroportos de voos domésticos, quer nos de voos internacionais, há casas de câmbio”, assegura Hamilton Macedo.

**GOVERNO PROMETE APOIO...**

Da reunião com o PR, os empresários receberam a promessa de que, nos próximos dias, e após auscultações a demais áreas da economia, o Governo vai intervir, com, entre outros, a facilitação no acesso a divisas e no aumento de infra-estruturas.

“Foi uma grande satisfação termos ouvido falar o Presidente da República em prol do futuro dos empresários. Temos estado a passar uma fase não adequada, mas ele prontificou-se em tudo fazer, absolutamente tudo que estiver ao alcance, para que saíamos deste marasmo. O Presidente prometeu dar o apoio financeiro de que carecemos e outras que serão definidos pelo Conselho de Ministros”, regozijou-se o presidente do conselho directivo do fórum de auscultação Empresarial e líder do Grupo Alpega, Ambrósio de Lemos Pereira da Gama.

**...E EXIGE MAIS PRODUÇÃO**

João Lourenço e equipa económica exigiram, em contrapartida, mais produção nacional. Aliás, foi também esta a mensagem que José Massano, governador do BNA, passou ao país, quando questionado pelos jornalistas, na semana passada, sobre a origem das divisas para a “estabilização cambial”, no novo Programa de Estabilização Macroeconómica.



## Optimismo contagia.

Faça da sua confiança o caminho para um feliz 2018.

Uma mensagem do BPC para todos aqueles que, como nós, acreditam que, com confiança e visão de futuro, podemos superar as dificuldades e realizarmos todos os nossos sonhos.



Cuidar do presente, assegurar o futuro.

# Empresas & Negócios

PCA DA TPA ASSUME “EXCESSO DE DÍVIDAS E PROBLEMAS ESTRUTURAIS”

## ‘Fantasmas’ sem salários a partir de Janeiro

**TELEVISÃO.** José Guerreiro, novo PCA da TPA, garante ter encontrado um ‘mundo’ de dificuldades e problemas entre dívidas, excesso de trabalhadores e desequilíbrios financeiros “piores do que pensava”.

Por Lúcia de Almeida

José Guerreiro, presidente do conselho de administração da Televisão Pública de Angola (TPA), nomeado há menos de três meses, denuncia a existência de “muitos funcionários ‘fantasma’ na empresa. Apesar de admitir que este seja um “paradigma” das empresas públicas, o gestor garante que “tudo está a ser feito” para que, no final de Janeiro, os ‘fantasmas’ deixem de constar da folha salarial.

Em entrevista ao VE, José Guerreiro garante que as verbas destinadas aos funcionários ‘fantasma’ vão ser “reaproveitadas para melhorar as condições de trabalho dos colaboradores que há muito tempo reclamam por melhorias”. Com o dinheiro que vamos economizar, com os tais que não vêm trabalhar e que estão nas folhas de salário, vamos melhorar as condições dos colaboradores que ganham pior. Existem muitos colaboradores a ganhar 50 a 60 mil kwanzas o que é uma vergonha, temos licenciados a ganhar 120 mil kwanzas, não podemos aceitar isso”, declara o gestor, sem avançar o número de trabalhadores fantasmas.

Com 2.616 funcionários, actualmente, a TPA apresenta um quadro de “excesso de trabalhadores com elevadas taxas de absentismo, com problemas sociais e deficientes condições de trabalho, alguns desmotivados e desmobilizados, outros desaproveitados ou mal colocados, sem plano de formação e superação profissional estabelecidos”, precisa Guerreiro.

O gestor assegura que estão a ser tomadas medidas e que, numa primeira fase, a empresa vai estabelecer a organização e recuperar os funcionários para “uma nova visão da empresa”. Pretende também regu-



José Guerreiro,  
PCA da TPA

larizar a situação com formação, reforma e, se necessário, “discutir saídas com indemnizações”. No entanto, afasta, por enquanto, a possibilidade de haver despedimentos.

Além das dificuldades técnicas operacionais, tecnológicas, editoriais e de gestão de recursos humanos detectadas pelo actual líder da TPA, José Guerreiro encontrou ainda um

“desequilíbrio muito grande” a nível financeiro, até “piores do que pensava”. O que, para ele, “condiciona a execução de alguns planos de trabalho”.

A situação, por exemplo, leva a empresa a estar impossibilitada de transmitir eventos que impliquem avultados investimentos. “Temos dívidas muito elevadas, temos dívidas sérias ao Estado (Segurança Social,

AGT) a fornecedores de equipamentos, dívidas no exterior para a divulgação de eventos, temos dívidas em relação aos refeitórios, temos alguns biliões de kwanzas de dívidas”, admite, sem especificar valores.

Por agora, a estratégia da nova administração da TPA está cen-

trada em “não contrair mais dívidas e procurar negociar com os credores” e encontrar junto do accionista, o Estado, as condições materiais para a “criação de projectos realistas e seguros com sustentabilidade financeira para os investimentos que forem necessários”.

### Polémicas à volta da TPA2

Em Novembro de 2017, o Ministério da Comunicação Social, seguindo instruções do Presidente da República, cessava todos os contratos com as empresas Westside e Semba Comunicações referentes à gestão do Canal 2 e da TPA Internacional. Os dois canais retornaram à esfera jurídica da TPA.

A programação da TPA 2 continuou no ar até 31 de Dezembro de 2017. Em cumprimento das orientações, o conselho de administração da TPA retomou a gestão a 1 de Janeiro de 2018. Mesmo sem apresentar uma nova grelha de programação.

Mas o fim do contrato provocou polémicas, especialmente desencadeadas por Tchizé dos Santos, uma das accionistas da Westside e deputada do MPLA, obrigando a televisão pública a emitir comunicados públicos, esclarecendo o que levou ao desfecho da relação contratual estabelecida com aquelas duas empresas.

De acordo com os contratos a que o conselho de administração teve acesso, assinados entre a WestSide/Semba, TPA e o Ministério da Comunicação Social e renovados em 2014, o total dos pagamentos por ano feitos pelo Estado àquelas empresas privadas ascendiam a 17 milhões e 580 mil dólares.

Além disso, a TPA, segundo a

sua administração, obrigava-se a pagar a prestação de outros serviços e custos operacionais e de exploração, incluindo o salário dos trabalhadores, colocados à disposição daquelas empresas privadas e o aluguer de meios.

No comunicado, refere-se igualmente que, sem que constasse do contrato, a WestSide dispôs, por vários anos, de um estúdio moderno de 1.200 metros quadrados entregue, “virgem”, para a exploração pela Semba, totalmente equipado, com a mais moderna tecnologia, sem que tenha feito qualquer pagamento.

Uma das cláusulas do vínculo referente à TPA 2, reforça o conselho de administração, obrigava o Estado a adjudicar o Canal 2 à WestSide Investments SA, por ajuste directo, em caso de privatização do mesmo.

A Administração da TPA diz que, por todas estas razões, o Estado decidiu cancelar os contratos, “claramente danosos, assinados com as duas empresas em questão, em defesa dos interesses dos contribuintes e da sociedade em geral”.

Ao VALOR, José Guerreiro revela que as duas partes até tentaram negociar para manter os programas ‘no ar’ até que fossem substituídos pelos novos, o que não foi possível.



A PGR vai continuar a investigar o caso da empresa 'Build Angola' para fazer com que os culpados sejam responsabilizados e os lesados ressarcidos pelos danos no caso conhecido 'Quintas do Bengo'.



O PRESIDENTE do conselho de administração do Porto de Porto Amboim, Flaviano Macanga, garante que vai dar continuidade aos projectos da anterior administração e revitalizar o funcionamento.



## CRISE NÃO TRAVA INVESTIMENTOS

# Sodosa aplica 40 milhões USD na rede Mangolê

**DISTRIBUIÇÃO.** Grupo aposta em Luanda e Benguela, com a criação de lojas e centros de distribuição. Investe na construção civil e reclama uma dívida do Estado de 25 milhões de dólares.

Por José Zangui

O grupo Sodosa vai investir cerca de 40 milhões de dólares na construção de quatro lojas 'Mangolê' e dois centros de distribuição em Luanda e Benguela. O investimento será assegurado por fundos próprios por "falta de financiamento bancário", justifica o PCA, António Soares. "Se tivéssemos financiamento, faríamos mais, mas vamos fazer com fundos próprios. Não somos uma empresa rica, mas sólida, não temos dívidas com nenhum dos bancos", sublinha.

Constituído por 10 empresas, o grupo resultou da reestruturação da Cabire Alimentos, criada em 1997.

### MEMORIZE

- O grupo Sodosa, com sede em Malanje, já contou com mais de dois mil colaboradores, mas teve de reduzir para a metade a mão-de-obra, nos últimos anos. Foi fundado em 1997, como resultado de uma reestruturação de empresas. Actua em diversas áreas como a construção, transportes, alimentação, comércio e agricultura.

Na distribuição, detém as marcas Mangolê, que se dedica ao comércio a retalho, e o Mercadão Mangolê, no comércio grossista.

O grupo tem ainda investimentos no agronegócio, onde perspectiva inaugurar, no próximo ano, duas fábricas de farinha de milho, cujo valor de investimento não foi avançado.

A construção civil é outra área de negócios do grupo que reclama uma dívida de cerca de 25 milhões de dólares pela reabilitação de estradas em Malanje, especialmente das estradas junto da fronteira com o Congo. "A nossa empresa ficou com um dos troços, concluímos o trabalho, ao contrário das outras empresas às quais foram adjudicados os outros troços", afirma, acrescentando que o grupo estava disponível e com capacidade de efectuar a totalidade da obra. "Ainda temos 2013 por receber e o pouco que nos pagam fazem com o câmbio desajustado."

Por outro lado, António Soares lamenta ter de "engavetar" um projecto por falta de financiamento. Avaliado em cerca de 93 milhões de dólares, previa a produção de 70 toneladas por dia de carne suína numa primeira fase que duraria quatro anos.

"Um grande projecto de integração de uma cadeia de suinicultura, mas o financiamento não foi aprovado pelo BDA. Iria reduzir em cerca de dois milhões de dólares/ano o valor gasto na importação de carne suína e derivados", calcula.

O grupo, que já contou com mais de dois mil colaboradores, ficou reduzido a metade, nos últimos anos, em consequência da crise económica, cambial e financeira.



## METAS PARA 2018

# Cabinda e Bié entre as prioridades da ENANA

Concluir a reabilitação dos aeroportos 'Joaquim Kapango', no Bié, e 'Maria Mambo Café', em Cabinda, constam das principais prioridades da Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos Navegação Aérea (ENANA) para 2018, segundo o presidente do seu conselho de administração, Manuel Ceita.

Integram também nos objectivos a melhoria dos resultados operacionais e das condições técnicas, sobretudo a manutenção dos meios e equipamentos, tarefas que deverão ser acompanhadas de acções de formação.

Os dois aeroportos estão a ser ampliados, modernizados e equipados com tecnologia de ponta e terão mais áreas destinadas a agências de viagem, restaurantes, hotéis, 'rent-a-car', entre outros negócios.

As obras de ampliação e modernização do aeroporto 'Maria Mambo Café' iniciaram-se em Dezembro de 2016, sob a responsabilidade da 'China Railway Construction Corporation e estão orçadas em 185 milhões de dólares. A previsão é de estarem concluídas este trimestre.

O projecto prevê o aumento das margens de segurança da pista de 75 metros para 150 para cada lado do eixo da pista, ficando livre

de obstáculos para voos. A extensão da pista será de 3.400 metros de comprimento e 60 de largura.

Para o 'Joaquim Kapango', está prevista uma nova aerogare, com capacidade para 300 passageiros, além da construção do terminal de passageiros, do edifício de operações e da torre de controlo com 4.500 metros quadrados, assim como a recuperação do edifício de passageiros e a central eléctrica.

As obras estão orçadas em 185 milhões de dólares e contemplam ainda a área de acesso ao aeroporto, o parque de estacionamento e o terminal de cargas. Com a conclusão das duas infra-estruturas aeroportuárias, Angola passa a ter 18 aeroportos reabilitados nos últimos 15 anos.

No entanto, sem avançar dados, Manuel Ceita fez um balanço pouco animador do ano que terminou por causa dos resultados.

Já em 2016, registaram-se quebras de 28% no movimento de aviões, enquanto o número de passageiros diminuiu cerca de 11%. Acentuaram-se ainda quebras na carga transportada, cerca de 19%, além de 13% nos serviços postais.

Nos últimos 10 anos, os aeroportos nacionais registaram um tráfego acumulado de 984.174 movimentos de aeronaves e o número de passageiros chegou aos 30 milhões, numa média anual de três milhões.

Por Valdimiro Dias



O grupo tem ainda investimentos no agronegócio

# (In)formalizando

MERCADO INFORMAL PODERÁ FICAR REFORÇADO

## Importação de carros ‘mais velhos’ levanta preocupações

**AUTOMÓVEIS.** Entrada em vigor da medida que autoriza a importação de viaturas ligeiras com até 10 anos de uso aguarda por consenso. Evitar o envelhecimento do parque automóvel é uma das questões em discussão.

Por António Miguel

O mercado informal de venda de viaturas pode ser um dos principais beneficiários com a possibilidade de Angola vir a alargar a importação de carros usados. O Governo pretende aumentar para cinco e 10 anos de uso o limite de viaturas a serem importadas, contra os actuais três e cinco anos para as ligeiras e pesadas, respectivamente.

A possibilidade é admitida por grande parte dos intervenientes do sector. Os do circuito informal defendem que apenas vão beneficiar da decisão se conseguirem ter acesso às divisas.

Por sua vez, os operadores do circuito formal apelam para a necessidade de, simultaneamente, se criarem medidas para reforçar a formalização do negócio, depois de vários anos dominado pelo mercado informal. “Tudo o que é liberalização do mercado é bom, mas, em paralelo, devem ser tomadas outras medidas que possam proteger as concessionárias (que incorporam mão-de-obra nacional e pagam impostos ao Estado) e contribuir para a diversificação da economia”, defende Carlos Cerqueira, administrador da ‘Robert Hudson’.

Caso contrário, argumenta Cerqueira, a medida, além de provocar o ressurgimento do já “estancado mercado informal, poderá representar mais pressão sobre as poucas divisas disponíveis”. “A importação pura e dura não acrescenta valor à economia



As vendas das concessionárias cresceram cerca de 152% entre 2010 e 2014

### MEMORIZE

- **Um decreto presidencial, de 2010,** proibia a importação de veículos automóveis ligeiros que tenham sido usados por um período superior a três anos e cinco anos para os pesados. Em Março de 2016, a lei foi revogada para dar lugar ao decreto presidencial 62/14, que faz uma revisão do regulamento sobre a actividade de importação, comércio e assistência técnica a equipamentos rodoviários, mas manteve as limitações.

porque tudo o que é negócio de rua representa fuga ao fisco e vai apenas contribuir para gastar as poucas divisas.”

Por sua vez, o director comercial do Grupo Autostar, Luís Dinis, alerta para a possibilidade de “envelhecimento do parque automóvel”, mas admite que a medida

“poderá facilitar os compradores com menos capacidade financeira”. Apesar de entender que a alteração do quadro irá “beneficiar o mercado informal”, Luís Dinis acredita que não provocará “prejuízo directo às concessionárias que representam marcas oficiais”.

Quem também acredita que as empresas estarão em condições de dominar o mercado é o director-geral das Organizações Chana, Paulo Vaal Neto, sobretudo pela obrigatoriedade de os importadores investirem na prestação de serviço e assistência técnica pós-venda. “As empresas ficam salvaguardadas, pois os particulares não reúnem condições para o efeito.”

### SUGESTÃO DA AIA

O regresso à importação de carros com mais anos de uso é uma sugestão da Associação dos Industriais de Angola (AIA). O objectivo, segundo o presidente da AIA, José Severino, é facilitar as micro,

pequenas e médias empresas que “têm encontrado dificuldades em comprar carros de serviço”.

O Governo manifestou-se receptivo e, para já, estuda essa possibilidade. Foi o próprio ministro dos Transportes, Augusto da Silva Tomás, que, recentemente, anunciou o estudo para a implementação da medida, como estando “consolidado”, restando apenas encontrar consenso entre as várias sensibilidades, as concessionárias de automóveis e outros agentes comerciais. “É necessário tomar medidas equilibradas que satisfaçam os interesses de todos os cidadãos. É neste sentido que o Executivo está a trabalhar para a apreciação e aprovação desta lei que brevemente será apresentada ao público”, acrescentou.

O receio desta revisão vir a beneficiar o mercado informal e também envelhecer o parque automóvel tem raízes históricas. Foi na sequência da limitação impos-

# 5

**anos de uso.** Carros ligeiros nesta situação poderão ser entrar em Angola, enquanto para os pesados oito anos é o limite.

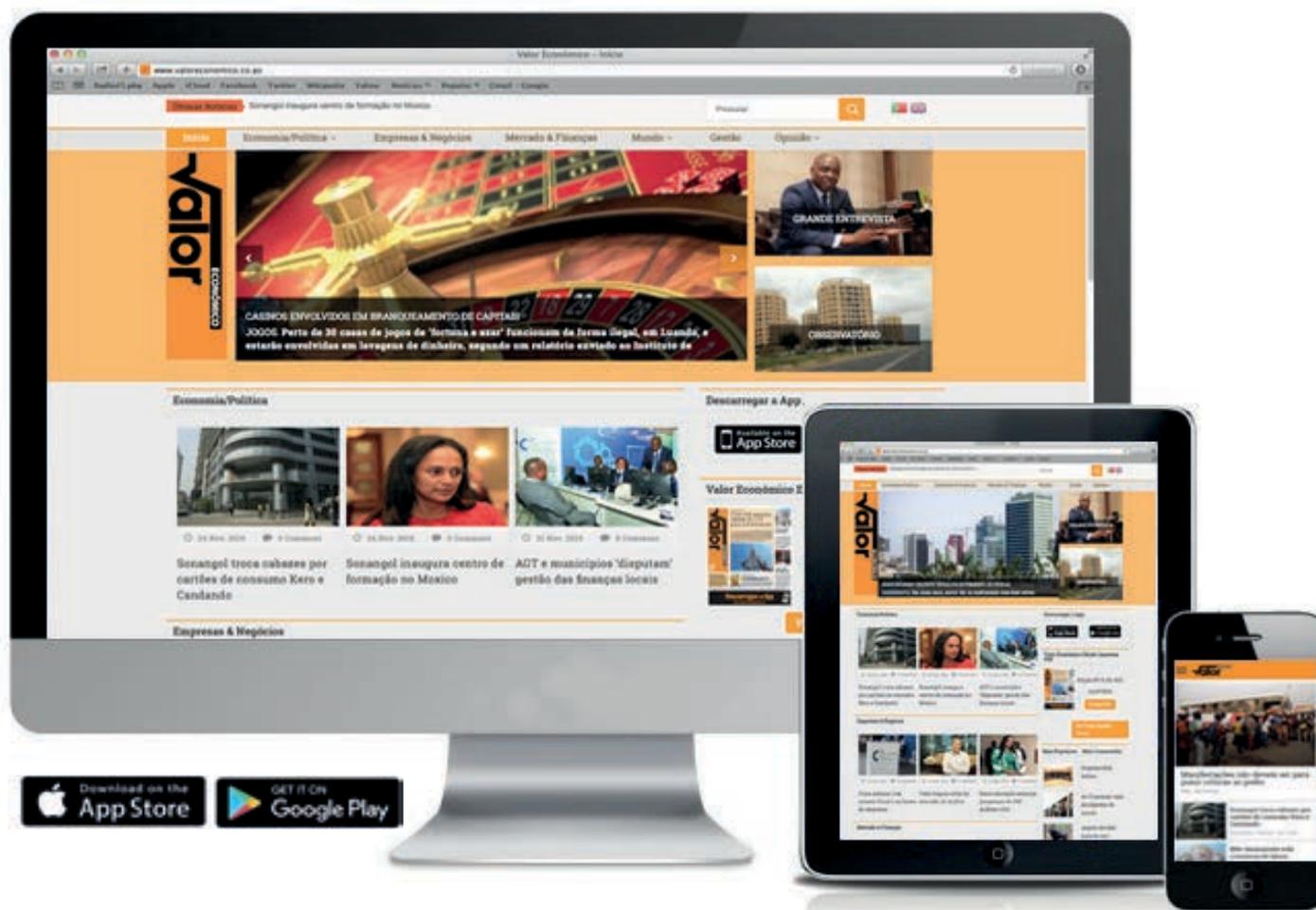
ta em 2010 que se foi registando o crescimento do mercado formal com o surgimento de novas marcas e empresas. As vendas das concessionárias cresceram cerca de 152% entre 2010 e 2014, passando de 17.695 unidades para as 44.536. No entanto, desde 2014 passou-se a registar quebras consideráveis, com a redução da oferta e o aumento dos preços. Foi este cenário que concorreu para a sugestão da AIA.

Visite o website: [www.valoreconomico.co.ao](http://www.valoreconomico.co.ao)

**Assinaturas:**

[assinaturas@gem.co.ao](mailto:assinaturas@gem.co.ao)

[comercial@gem.co.ao](mailto:comercial@gem.co.ao)



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA

Contactos comerciais: 941 784 791 (Arieth Lopes), 941 784 792 (Geovana Fernandes)

Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola

## DE JURE

DIFERENDO JÁ VEM DE HÁ 3 ANOS

# Processo arbitral entre a Oi e a Unitel arranca em Fevereiro



Eurico Teles,  
CEO interino da Oi



Isabel dos Santos,  
CEO da Unitel

**LITÍGIO.** Empresa brasileira pede indemnização de mais de três mil milhões de dólares à empresa angolana, como resultado de dividendos da venda da PT à Altice. Processo já se arrasta desde 2015.

Por António Nogueira

O processo arbitral que a Oi iniciou, em 2015, contra os investidores angolanos da Unitel, liderada por Isabel dos Santos, tem a primeira audiência marcada para Fevereiro do próximo ano, de acordo com notícias avançadas pelo jornal português 'Público'.

A contenda começou em 2014, quando a Oi ficou com a PT, que fazia parte da estrutura accionista da Uni-

tel, liderada pela empresária Isabel dos Santos.

Em 2015, a Oi vendeu os seus activos na PT Portugal à Altice, mas ficou com os activos africanos do grupo, incluindo a posição na Unitel. Tal como já se queixavam os portugueses, os brasileiros reclamam do não pagamento de dividendos (quase 700 milhões de euros) e de uma série de operações realizadas pela Unitel, que consideram lesivas dos interesses da companhia e que, retiraram valor à empresa.

Além disso, a empresa brasileira, que já disse publicamente ter interesse em vender a posição na Unitel, mas não a qualquer custo, atribui a estes activos um valor próximo de 2.200 milhões de euros.

Contas feitas, em cima da mesa está um pedido de indemnização

## MEMORIZE

● A empresa brasileira já disse publicamente ter interesse em vender a posição na Unitel, mas não a qualquer custo, atribuindo a estes activos um valor próximo de 2.200 milhões de euros.

# 2.200

Milhões de euros é o valor que Oi investiu para ficar com os activos africanos da PT, incluindo a Unitel.

de cerca de 2.800 milhões de euros (cerca de 3.400 milhões de dólares). É esse, segundo as contas que têm sido divulgadas pela Oi, o valor que é pedido aos parceiros angolanos na Unitel no processo em causa que decorre no tribunal arbitral de Paris, desde 2015.

## ACORDO PARASSOCIAL

O acordo parassocial da Unitel prevê que os conflitos entre accionistas sejam dirimidos num tribunal arbitral em Paris. Foi esse processo que a Oi desencadeou em 2015, tendo as alegações iniciais sido feitas em 2016 e estando a primeira audiência agendada para Fevereiro de 2018.

Em paralelo, a Oi avançou com um pedido de congelamento de bens da Vidatel junto do Supremo Tribunal das Caraíbas Orientais (STCO), sediado nas Ilhas Virgens Britânicas, onde está registada a Vidatel. Com esta ordem de congelamento, a Oi quer garantir a existência de bens que possam servir para compensá-la, em caso de decisão favorável do tribunal arbitral.

## A POSIÇÃO DOS ACCIONISTAS ANGOLANOS

Os accionistas angolanos da Unitel acusam, entretanto, a PT de quebra do acordo parassocial celebrado em 2000. Em Novembro de 2014 (já depois da fusão com a Oi), os investidores angolanos vieram queixar-se, em comunicado, do "incumprimento reiterado do acordo parassocial" por parte da PT International (que veio dar origem à PT Ventures) e das situações geradoras de "perda de confiança no accionista".

Na origem deste conflito terá estado o facto de, em 2007, a PT ter criado uma subholding (a Africatel) para agrupar as suas participações em operadoras africanas e depois deter vendido 25% dessa sociedade ao fundo nigeriano Helios, sem autorização dos demais sócios da Unitel. Outra alegada quebra do acordo parassocial diz respeito à fusão entre a PT e a Oi, que, na prática, fez com que os activos do antigo grupo português fossem transferidos para a operadora brasileira, sem que antes tenha sido dada a possibilidade aos sócios angolanos de exercer o direito de preferência pelos 25% na Unitel.

# É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

**REGISTE-SE EM**

**<http://quadros.mgm.gov.ao>**

**E FAÇA PARTE DA BOLSA  
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

## QUEM SE DEVE CADASTRAR?

### Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

## PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

**<http://quadros.mgm.gov.ao>**

**1129 QUADROS  
NACIONAIS JÁ SE  
CADASTRARAM**

## A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: [quadros@mgm.gov.ao](mailto:quadros@mgm.gov.ao) | +244 916 532 964

**Política de privacidade** O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

# Gestão

TEM APENAS 27 ANOS DE IDADE

## O maior e mais jovem multimilionário da actualidade

**CARREIRA.** Até ao início de 2017, o criador do Snapchat, Evan Spiegel, era o mais jovem multimilionário do planeta, mas este quadro alterou-se com a chegada de John Collison, o novo dono do título, segundo a Forbes.

Por António Nogueira\*

John Collison, de 27 anos de idade, e Patrick Collison (29) são tidos, pela imprensa especializada, incluindo a reputada revista Forbes, como a dupla mais promissora do empreendedorismo actual. Juntos, fundaram a Stripe em 2010, uma empresa que fez deles os jovens mais ricos do mundo, cada um com uma fortuna que supera, actualmente, os mil milhões de dólares, segundo a Forbes.

Com o sucesso da empresa, os irmãos Collison destronaram o CEO do Snapchat como o jovem mais rico do globo.

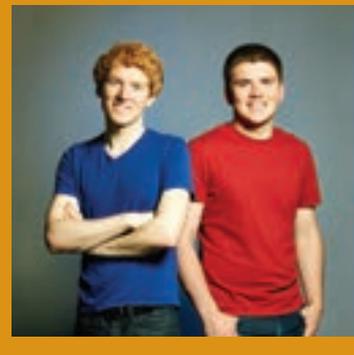
Estima-se que a fortuna de John seja relativamente superior à do irmão, o que o torna oficialmente o maior e mais jovem multimilionário do mundo. Isto porque, na maior parte das vezes, é John quem representa oficialmente a empresa fora, quando não é possível aos dois irmãos estarem presentes em determinado evento.

De acordo com dados divulgados pela Forbes, os dois irmãos cresceram numa pequena vila rural no oeste da Irlanda, Tipperary. Ambos estudaram em universidades americanas. Patrick começou o curso de Matemática no MIT em 2007 e dois anos mais tarde John foi aceite na Universidade de Harvard.

Todavia, ambos já eram milionários graças ao primeiro negócio da dupla, uma empresa de 'software' que ajudou empresas e consumidores a fazerem negócios mais facilmente no site de vendas eBay. Com um futuro promissor pela frente, os dois irmãos escolheram abandonar os estudos que tinham iniciado

### MEMORIZE

● **Mesmo** decidido a abandonar os estudos para se dedicar à empresa, John Collison conta que encontrou várias dificuldades em fazê-la crescer e chegar aos ouvidos de quem pudesse estar interessado na Stripe.



# 9,2

Mil milhões de dólares é quanto está avaliado o valor da Stripe no mercado.

para se dedicarem a tempo inteiro à empresa que criaram.

Um factor classificado como curioso sobre a empresa dos dois irmãos, a Stripe, é o facto de esta não produzir ou vender nada directamente ao cliente final. A Stripe consiste na produção de 'softwares' que facilitam os sistemas de pagamento online para empresas e sites do mundo inteiro. A Stripe é considerada, pela imprensa de especialidade, a empresa mais segura do mundo para o processamento de pagamentos por cartão de crédito.

No mundo tecnológico e financeiro não faltam concorrentes, é certo. Contudo, a Stripe conseguiu de tal forma simplificar os processos de

pagamento online para tantos clientes que, actualmente, já trabalha com gigantes como a Apple.

Ao todo, a empresa já tem mais de 100 mil clientes espalhados pelo mundo e, recentemente, recebeu ondas de investimento, incluindo de gestores como Elon Musk ou o CEO da Paypal, que colocam a avaliação da empresa na ordem dos 9,2 mil milhões de dólares.

Curiosamente, nada deste estelato mudou a vida de John Collison, que se confessa sinceramente "envergonhado" sempre que lhe fazem perguntas sobre o seu novo estatuto. "É costume perguntarem-me: 'como mudou a sua vida?', e esperam que responda que foi com um novo 'hobby' excêntrico, como uma colecção de ovos de ouro ou corridas de iate", explicou o jovem empresário à BBC.

Mesmo decidido a abandonar os estudos para se dedicar à empresa, o jovem conta que encontrou várias dificuldades em fazê-la crescer e chegar aos ouvidos de quem pudesse estar interessado na Stripe.

No entanto, nenhum obstáculo serviu para desanimar os dois irmãos, que continuaram a desenvolver um 'software' que permitisse a todas as empresas receberem pagamentos de forma mais fácil, ao mesmo tempo que desenvolviam outras tarefas nos seus sites como, por exemplo, armazenar dados de clientes e oferecer sistemas de segurança.

Actualmente, os irmãos Collison dão emprego a 750 pessoas, incluindo 500 funcionários em São Francisco (EUA) e 150 distribuídos por Dublin, Londres, Paris e Berlim.

"Qualquer empresa com potencial na internet vai gerar interesse, e é isso que os irmãos Collison estão a fazer com os pagamentos online", diz o jornalista Martin Veitch, editor de tecnologia do site IDG Connect. "É um mercado competitivo. Claro que o valor da Stripe gera inveja, mas ainda é cedo para avaliar (se o negócio fará mais sucesso)", conclui.

\*Com agências

# A economia mundial em 2018



MICHAEL  
J. BOSKIN

**T**odos os principais indicadores macroeconómicos - crescimento, desemprego e inflação - sugerem que 2017 terá sido o melhor ano da economia norte-americana em uma década. E que a economia global desfruta de um crescimento amplo e sincronizado maior do que se esperava. A questão agora é se esse forte desempenho continuará em 2018.

A resposta, é claro, depende de políticas monetárias, fiscais e comerciais nos EUA e em todo o mundo. No entanto, é difícil prever o que as propostas políticas farão surgir em 2018. Existem novos chefes de Estado nos EUA, em França e no Reino Unido; os líderes alemães ainda não formaram uma coligação governamental desde as eleições gerais de Setembro; e a Reserva Federal dos EUA (FED) tem uma nova liderança. Além disso, grandes mudanças em importantes economias em desenvolvimento, como as da Argentina, Arábia Saudita e Brasil, dificultam a perspectiva do futuro.

Ainda assim, devemos esperar o melhor. Antes de mais, devemos esperar que o crescimento global sincronizado a uma taxa de pouco menos de 4% possa continuar em 2018, como o FMI projectou em Outubro. O crescimento não só aumenta os rendimentos, mas também faz com que problemas irritantes, como os maus empréstimos bancários e os défices orçamentais, sejam melhor geridos. Como disse o ex-presidente dos EUA, John F. Kennedy, em Outubro de 1963 quando promoveu a redução de impostos, “uma maré crescente levanta todos os barcos”.

A recuperação global vai continuar, mas a uma taxa de crescimento ligeiramente mais lenta de cerca de 3,5%. Os dois riscos mais óbvios serão a Europa, onde uma reviravolta cíclica pode paralisar esse crescimento, e o Médio Oriente, rico em petróleo, e onde as tensões podem reacender-se.

Em segundo lugar, esperamos que a FED, guiada agora pela mão firme de Jerome ‘Jay’ Powell, continue ou

mesmo acelere a sua normalização da política monetária, tanto para elevar a taxa de referência dos fundos federais quanto pelo encolhimento do seu devoto balanço patrimonial. Devemos esperar que as condições económicas permitam aos outros principais bancos centrais, especialmente o Banco Central Europeu, seguir o exemplo.

Nesta frente, os principais bancos centrais continuarão a normalizar as políticas monetárias mais gradualmente do que é necessário. O maior risco aqui é que os mercados possam tentar testar a nova liderança da FED, por exemplo, se a inflação subir mais rápido do que o previsto.

Em terceiro lugar, esperamos que o pacote de impostos republicanos, se promulgado, atinja a promessa de aumento de investimentos, produção, produtividade e salários na próxima década. Aqui, a legislação vai passar e o investimento nos EUA, nos próximos anos, será relativamente maior.

Com certeza que o aumento do investimento, actualmente moderado, dependerá de muitos outros factores além dos impostos. O esperado pacote de impostos ainda pode aumentar a produção, a produtividade e os salários. A questão não é se, mas quando.

Em quarto lugar, esperamos que os governos, em todo o lado, comecem a enfrentar a crise iminente nos custos de previdência pública e saúde, que vem crescendo há décadas. À medida que os programas sociais se tornam mais caros, aumentam as despesas estatais como na defesa, gerando cada vez mais pressão para impor maiores impostos.

A Europa, em particular, não deve deixar a sua recuperação cíclica diminuí-la. Muitos Estados, membros da União Europeia, ainda precisam reduzir as dívidas públicas e a zona do euro precisa de resolver a sua crise. Além disso, as reformas estruturais do mercado de trabalho, defendidas pelo presidente francês Emmanuel Macron, seriam bem-vindas.

Infelizmente, tenho

medo de que o progresso em reformas estruturais seja esporádico. O perigo é que o crescimento lento não leva a ganhos salariais suficientes e à criação de emprego para desarmar a ‘bomba de tempo’ que é o alto desemprego juvenil em muitos países. Outro risco é que as tentativas de reforma possam provocar uma reacção política que seria prejudicial ao investimento de longo prazo.

Em quinto lugar, esperamos que a zona do euro possa evitar uma crise monetária. Isso dependerá, em grande parte, de a chanceler alemã Angela Merkel poder formar um governo de coligação e restaurar a estabilidade política.

Sexto, devemos esperar que a UE e o Reino Unido possam concordar com um acordo Brexit razoável que preserve as relações comerciais fortes. O principal risco aqui é que as quedas localizadas no comércio possam espalhar-se e causar danos mais amplos.

E, além da Europa, esperamos que as negociações entre os EUA, Canadá e México, em relação ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), resultem num acordo que facilite o comércio continental.

Em sétimo lugar, esperamos que as novas políticas voltadas para as tecnologias de informação e comunicação (TIC) sejam o equilíbrio certo entre as preocupações legítimas e concorrentes de todas as partes interessadas. Por um lado, há razões para nos preocuparmos com a concentração de poder de mercado de determinadas empresas da Internet, particularmente de conteúdos e distribuição ‘online’, e sobre os efeitos das novas tecnologias sobre privacidade pessoal,

aplicação da lei e segurança nacional. Por outro lado, os novos avanços tecnológicos podem gerar imensos ganhos económicos.

É fácil imaginar um cenário de muita regulação ou de muito pouca. Também é fácil imaginar uma reacção pública em larga escala contra as principais empresas de tecnologia, particularmente se o auto-controlo inadequado ou a recusa em cooperar com a aplicação da lei conduza a algum evento horrível.

Aqui, prevejo que alcançar um equilíbrio apropriado na política levará anos. Se algum evento atingir um grau emocional, o humor pode resultar num fim dramático. Em última análise, no entanto, suspeito que a concorrência e a inovação vão sobreviver às próximas regras.

Finalmente, e o mais importante, esperamos que o terrorismo seja frustrado em todos os lugares, os conflitos diminuam, a democracia e o capitalismo recuperem algum impulso e que uma maior civilidade e diálogo honesto voltem ao domínio público. Se isso acontecer em 2018, certamente será um ano muito bom.

*Professor de Economia da Universidade de Stanford e na Hoover Institution. Foi presidente do Conselho de Assessores Económicos de George H. W. Bush, de 1989 a 1993, e encabeçou a chamada ‘Comissão Boskin’, um órgão consultivo do Congresso dos EUA que destacou erros nas estimativas oficiais da inflação norte-americana.*

*Devemos esperar que o crescimento global sincronizado a uma taxa de pouco menos de 4% possa continuar em 2018, como o FMI projectou em Outubro. O crescimento não só aumenta os rendimentos, mas também faz com que problemas irritantes, como os maus empréstimos bancários e os défices orçamentais, sejam melhor geridos.*



# Internacional

RESENHA DE 2017

# Entre a crise, negó

**RETROSPECTIVA.** Economicamente, o continente ficou marcado, em 2017, pelo crescimento dos negócios, pela crise monetária e pelo lançamento de megaprojetos de infra-estruturas. Mas as guerras políticas e as crises humanas continuam afectar África, num ano que ficou marcado pela queda do histórico Robert Mugabe.

Por Valdimiro Dias

GÂMBIA

YAHYA JAMMEH PARTE PARA O EXÍLIO

O ex-presidente da Gâmbia, Yahya Jammeh, que provocou uma crise eleitoral ao não reconhecer a vitória do adversário, Adama Barrow, foi obrigado por uma força militar da Comunidade de Económica da África Ocidental a deixar o país e a aceitar o exílio na Guiné-Equatorial. Corre o risco de ser judicialmente perseguido pelas arbitrariedades cometidas ao longo da liderança de 22 anos que governou com mão-de-ferro naquela nação da África Ocidental.



ÁFRICA

MAIOR CRISE HUMANA EM 70 ANOS

África enfrenta a maior crise humana desde 1945, com mais de 20 milhões de pessoas a morrerem de fome em três países, Sudão do Sul, Somália e Nigéria, segundo o Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas que estimou em cerca de 5,6 mil milhões de dólares o custo de intervenção das Nações Unidas.



ÁFRICA

PAÍSES NA LISTA NEGRA DA UE

Países como a Tunísia e a Namíbia foram considerados 'paraísos fiscais' e colocados numa lista negra pela União Europeia (UE), anunciada, em Dezembro Segundo a UE, os países da referida lista (17) perderiam os financiamentos da União, além de se tornarem objecto de várias outras medidas.



ALIKO DANGOTE

MAIS RICO DE OLHO NA EUROPA

Aliko Dangote, o homem mais rico de África, anunciou um plano de investir entre 20 e 50 mil milhões de dólares nos EUA e na Europa até 2025, em sectores como energias renováveis e produtos petroquímicos. O magnata nigeriano, de 60 anos, fixou 2020 como data para avançar, pela primeira vez, para as duas geografias. Em 2017, Dangote esteve ainda envolvido num conflito pela disputa de uma mina na Nigéria, com um concorrente da indústria cimenteira nigeriana.



ÁFRICA

ELEIÇÕES EM QUATRO PAÍSES

Quatro dos países do continente realizaram eleições: Angola, Ruanda, Quênia e Libéria. No Ruanda, Paul Kagame foi reeleito com 98% dos votos e vai ficar mais sete anos à frente do país que lidera desde que o grupo rebelde tutsis, a Frente Patriótica Ruandesa, tomou a capital, Kigali, em 1994, derrubando o governo extremista hutu, responsável pelo genocídio que vitimou cerca de 800 mil pessoas. No Quênia, Uhuru Kenyatta venceu com 98,26% dos votos, numa consulta boicotada pelo principal opositor, Raila Odinga. Na Libéria, George Weah foi o vencedor, mas teve de esperar pela segunda volta em que conseguiu 61,5% dos votos. O antigo futebolista, de 51 anos, sucede a Ellen Johnson-Sirleaf que foi a primeira mulher a ocupar o cargo de chefe de Estado num país africano e, em 2011, foi Nobel da Paz.





A PRODUÇÃO de veículos no Brasil registou um crescimento de 25,2%, em 2017, segundo a associação das montadoras (Anfavea). No total, foram feitas 2.699.672 unidades face às 2.156.356 de em 2016.



A CHINA vai limitar as exportações de petróleo, produtos refinados, aço e outros metais para a Coreia do Norte, em linha com as novas sanções aplicadas pelas Nações Unidas por causa dos testes de Pyongyang com mísseis.

# cios e instabilidade

## CIMEIRA ÁFRICA EUROPA 2017

### EUROPA PROMETE INVESTIR 44 BILIÕES

**S**ob o lema 'Investir na juventude para um futuro sustentável', a cimeira África-

-Europa juntou cinco mil participantes de 55 países africanos e de 28 europeus. Abordou questões como "o futuro das relações UA-UE", bem como "as parcerias nos domínios da paz e segurança", "governança, democracia e direitos humanos". Os chefes de Estado e de governo assumiram a responsabilidade de se mudar o paradigma habitual dos discursos e "incitar" a Europa a canalizar para África, até 2020, um investimento de 44 mil milhões de euros, e num prazo mais alargado (30 anos), cerca de 200 mil milhões de euros.



## NA RDC

### JOSEPH KABILA CONTESTADO

**A** decisão tomada por Joseph Kabila de permanecer no poder até Abril de 2018, após o fim do seu

mandato, tem desencadeado uma escalada da tensão política e social na República Democrática do Congo, com confrontos entre as forças de segurança e manifestantes descontentes. O segundo e último mandato de Kabila, de acordo com a Constituição, terminou a 20 de Dezembro de 2016. As Nações Unidas denunciaram o uso de uma "força excessiva", contra os contestários congolezes.



## LÍBIA

### MIGRANTES AFRICANOS VENDIDOS COMO ESCRAVOS

**A**través da CNN, o mundo tomou conhecimento de que, em várias

idades da Líbia, foram comercializados migrantes pelos traficantes. Cada um custou 400 dólares. Saídos de países da África subsariana, foram forçados a permanecer em locais fechados, sem água ou alimentação, até serem vendidos. As vítimas são atraídas pela ânsia de chegar à Europa. Muitos são soltos em troca de pagamento de um resgate. Apesar de ter chocado o mundo nada prova que tenha sido combatido definitivamente.



## ÁFRICA DO SUL

### TRIBUNAL PEDE DESTITUIÇÃO DE ZUMA

**O** Tribunal Constitucional sul-africano criticou o parlamento do país por não ter pedido con-

tas ao presidente Jacob Zuma sobre a renovação da residência pessoal usando dinheiros públicos. O juiz Chris Jafta explica que "a Assembleia apenas debateu e votou a moção de censura do presidente e não fez qualquer investigação à violação da Constituição que estava na base da moção." Jacob Zuma deixou a presidência do ANC em Dezembro. Em vitória apertada, o vice-presidente e empresário milionário, Cyril Ramaphosa, foi eleito novo líder do partido no poder no país desde 1994.



## ZIMBÁBUE

### NOVO PRESIDENTE E QUEDA DE MUGABE

**O** Emmerson Mnangagwa foi empossado presidente do Zimbábue, fruto de um golpe

de Estado militar que levou à demissão do antigo presidente, Robert Mugabe, depois de 37 anos no poder. O novo presidente é visto como salvador da pátria, mas está longe de ter uma tarefa fácil. A sua prioridade passa por recuperar a economia do país, que se encontra de rastos, com uma inflação crescente e cerca de 90% da população activa no desemprego.



61,5

Por cento foi o total obtido pelo antigo futebolista liberiano, George Weah que foi eleito presidente da República.

37

Anos foi o tempo que Robert Mugabe liderou o Zimbábue.

44

Mil milhões, total do investimento que a União Europeia prevê fazer num período de 30 anos em África.

# Ambiente



Marfim apreendido em Hong Kong na maior operação em Julho de 2017.

PRODUTO É USADO PARA ESCULTURAS, HASHIS E OUTROS ITENS

## China proíbe comércio de marfim

**PRESERVAÇÃO AMBIENTAL.** Fábricas e revendedores de marfim licenciados pelo governo chinês devem fechar, dois anos depois de um acordo com os EUA. A China é responsável pelo abate anual de cerca de 30 mil elefantes africanos.

Foi na passada semana que entrou em vigor a lei que proíbe, quase que totalmente, a compra e a venda de marfim na China, um dos maiores consumidores mundiais de produtos com marfim.

Desde 31 de Dezembro, o comércio de marfim legal e governamental da China está proibido e todas as fábricas e comerciantes de escultura de marfim licenciados no país serão encerrados. A lei, segundo o 'National Geographic', entra em vigor pouco mais de dois anos depois do anúncio conjunto, em 2015, feito pelo presidente chinês, Xi Jinping, e do então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama.

A China é amplamente considerada o maior consumidor mundial de marfim, legal e ilegal, e tem grande responsabilidade sobre o abate anual de cerca de 30 mil elefantes africanos. No país, o marfim é usado para esculturas, bugigangas, hashis e outros itens.

De acordo com Gao Yufang, explorador da National Geographic e doutorando em Biologia de Conservação e Antropologia Cultural na Universidade de Yale, a proibição é uma mensagem de que "a vida dos elefantes é mais importante do que a cultura do marfim".

Uma proibição internacional do comércio de marfim entrou em vigor em 1990, mas a China continuou a permitir vendas de marfim dentro das suas fronteiras. O 'stock' legal de marfim do país veio sobretudo de países africanos.

# 1990

Ano em que entrou em vigor a proibição internacional do comércio de marfim.

# 30

Mil elefantes africanos são abatidos anualmente para a retirada do marfim.

### MEMORIZE

- No Gabão, na fronteira com o Congo e os Camarões, as populações de elefantes caíram 80% em uma década, segundo um estudo da Universidade de Duke, nos EUA.

Em chinês, marfim é 'xiangya', que significa "dente de elefante", o que levou muitos a acreditarem que o marfim pode ser retirado de um elefante sem causar dano. O Fundo Internacional para o Bem-estar dos Animais, sem fins lucrativos, fez uma pesquisa na China em 2007 e descobriu que 70% dos entrevistados não sabia que um elefante tem que ser morto para a retirada do marfim.

### REDES CRIMINOSAS

Um estudo do Fundo Mundial da Natureza (WWF, sigla inglesa) publicado no ano passado dava conta que o tráfico de marfim na África central se internacionalizou com o reforço das redes criminosas internacionais, principalmente chinesas. Segundo a organização, são três os factores que comprometem gravemente a luta contra o tráfico de marfim na

África central: "a frágil governação, a corrupção e a evolução constante do comércio". No entanto, o relatório revela que, na África central, os mercados domésticos abertos de marfim estão a desaparecer principalmente devido aos esforços de aplicação da lei e da concorrência.

No Gabão, por exemplo, as populações de elefantes de floresta, mais pequenos do que o da savana, do parque Minkébé no nordeste, na fronteira com o Congo e os Camarões, caíram quase 80% em uma década, segundo um estudo recente da Universidade de Duke, nos EUA.

No Norte da República Centro Africana, nenhum elefante foi observado, segundo o último recenseamento da ONG Wildlife Conservation Society (WCS) divulgado em Julho.

# Educação & Tecnologia



UAN

## Disponíveis mais de quatro mil vagas

Um total de 4.960 vagas está disponível nas nove unidades da Universidade Agostinho Neto (UAN), em Luanda, sendo 2.620 das quais para o período diurno e 2.350 para o pós-laboral.

Comparativamente ao ano passado, a UAN registou uma redução de 70 vagas como resultado do número de reprovações. As inscrições para os exames de acesso iniciaram-se a 4 deste mês e terminam a 20 de Janeiro.

A Faculdade de Ciências tem disponíveis 575 vagas, enquanto a de Ciências Sociais disponibiliza, pelo menos, 960 vagas.

Na Faculdade de Economia, estão reservadas 500 vagas, a de Engenharia, 715. Para a Faculdade de Letras estão reservadas 970 vagas, já a Faculdade de Medicina tem garantidas apenas 100.

O Instituto Superior de Ciências de Saúde, uma das mais novas unidades, tem 540 lugares e a Escola Superior de Hotelaria e Turismo reservou 310 vagas.

Os exames de aptidão estão marcados para 29 de Janeiro a 3 de Fevereiro e o início do ano lectivo está previsto para primeira semana de Março.

Os portadores de deficiência física ou de outra ordem deverão fazer a inscrição presencial, como forma de a reitoria da UAN saber o seu grau de deficiência e saber dar um tratamento especial, como a sala onde vai estar.

A UAN dispõe de 45 licenciatura em nove faculdades, institutos e escolas superiores.

APPLE GARANTE QUE JÁ LANÇOU CORRECÇÕES

## Macs, iPhones e iPads afectados por falhas em processadores

**FRAGILIDADE.** Apple admitiu que os seus computadores e telefones estão na lista de dispositivos afectados por uma vulnerabilidade nos processadores Intel e ARM. A instituição aconselha a instalação de aplicações apenas de fontes fidedignas.

**A** Apple, fabricante dos computadores Mac, iPhones e iPads, admitiu, na sexta-feira, que os seus computadores estão na lista de dispositivos afectados por uma vulnerabilidade dos processadores Intel e ARM, que os podem deixar à mercê de 'hackers'.

Para evitar problemas de maior, a empresa aconselhou os clientes a fazerem 'download' apenas de sites fidedignos, depois de as falhas de segurança conhecidas como Spectre e Meltdown terem sido conhe-

cidas na última quarta-feira.

"Investigadores de segurança descobriram recentemente problemas de segurança conhecidos por dois nomes, Meltdown e Spectre. Estes problemas aplicam-se a todos os processadores modernos e afectam quase todos os computadores e sistemas operativos. Todos os sistemas Mac e iOS são afectados", escreve a marca em comunicado.

No entanto, a Apple salienta que a falha só pode ser explorada por 'hackers' caso seja feita a instalação de um 'software', daí o conselho para que os utilizadores só instalem aplicações de fontes fidedignas.

Até sexta-feira, não se conhecia qualquer ataque que tenha utili-

### MEMORIZE

- Segundo a Apple, a falha só pode ser explorada por 'hackers' caso seja feita a instalação de um 'software' e aconselha para que os utilizadores só instalem aplicações de fontes fidedignas.



zando estas falhas nos processadores Intel e ARM, mas, segundo o JN, há empresas, como a Microsoft, que estão a trabalhar para fornecer correcções do erro aos clientes.

A Apple revela que já lançou correcções contra o Meltdown no iOS 11.2, Mac OS 10.13.2 e tv OS 11.2, que ajudarão os clientes a protegerem-se de um eventual ataque. O Apple Watch não

é afectado pelo problema, revela a empresa no seu blog oficial.

### FALHAS NOS PROCESSADORES

Os processadores construídos nos últimos 10 anos pela empresa norte-americana Intel têm uma falha de concepção comprometedora para a segurança dos computadores que equipam, revelou o site britânico 'The Register'.

"É um problema muito grave por duas razões: porque envolve o material, o que complica as coisas, e porque pode permitir (um terceiro) assumir o controlo do computador", disse G r me Billois, técnico em segurança informática na empresa 'Wavestone',   agência AFP.

A Intel, que ainda não reagiu oficialmente ao caso, já teria dado instru es a várias empresas para que estas pudessem desenvolver correc es. Estas correc es estão em progresso para os sistemas Linux, Apple e Windows.

No final de 2016, a Intel já tinha sido confrontada com outra falha de um dos seus produtos, mas de menor dimensão e não generalizada.



Meltdown e Spectre são os nomes das falhas encontradas nos processadores.

# Marcas & Estilos

## Puramente artesanal

Um boné perfeito para elevar instantaneamente a sua roupa. Inclui um pino de ouro ajustável. A lã é 100% pura e é retirada do primeiro corte de cordeiro, resultando na lã mais suave e fina disponível. Os chapéus da Parker passam por 50 mãos artesanais.

## Atingindo objectivos

É um 'personal trainer' da AI que vive nos auriculares. Este não é apenas um objecto de rastreamento, o Vi evolui ao longo do tempo para ajudá-lo a atingir os seus objectivos.

## Passos altos

Calcanhares de couro em preto e branco. Dedo pontudo, fechos de couro em relevo e aplicação de borracha em rosa e preto tornam estes calçados da Prada uma escultura única para pés delicados.

## Altamente durável

Devido ao tamanho 'extra grande', este tapete da Forb é perfeito para praticar com amigos, seja jogador amador ou profissional, tanto dentro do clube de golfe ou ao ar livre no jardim. A área é altamente durável, impermeável e fácil de limpar.

## Um presente perfeito

Este design minimalista da Bullet Chamber é composto por um acabamento liso e de dois tons combinados com um padrão de diamante na assinatura, adicionando textura e coloração metálica. Um presente perfeito para um cavalheiro de gosto exigente.

## Integridade máxima

A Neo Sweatpant é trabalhada a partir de um tecido de duas dimensões, de duas camadas com dois tons que suportam técnicas de fabrico normalmente associadas com vestuário de desempenho. Os painéis individuais são precisos de corte a laser, de ligação e de costura com fita adesiva para máxima integridade.

## TURISMO

### Das acácias às belas praias

Benguela é conhecida pelas belas praias, pelas acácias rubras e belezas femininas, como é o caso de Leila Lopes, a Miss Universo 2011. Há praias para todos os gostos. Das mais isoladas às mais frequentadas pelos apreciadores de mergulho.

A praia da Caotinha, de águas muito límpidas, é pequena com apenas 100 metros de comprimento à qual se acede contornando o Morro da Caota. Há ainda a da Baía Azul, assim chamada devido ao azul das águas. A Morena, com areia branca, começa na baixa da cidade onde se encontram os edifícios governamentais.

Os hotéis Praia Morena, Luso, Grande Hotel M'Ombaka, entre outros são boas sugestões de hospedagem, além do aparthotel Mil Cidades, com 68 apartamentos.



## AUTOMÓVEL

### Mamma mia!

Com base na recém-lançada berlinda Giulia, a marca italiana acaba de apresentar o Alfa Romeo Stelvio, um SUV que pretende competir com o Audi Q5, Mercedes-Benz GLC e BMW X3. Na versão desportiva Quadrifoglio Verde, a marca italiana não fez a coisa por menos e volta ter o motor 2.9 litros V6 à Ferrari.

Este motor com 510 cavalos de potência, associado a uma caixa automática e a um sistema de trac-

ção integral Q4, deverá permitir ao Alfa Romeo Stelvio cumprir os 0-100 km/h na casa dos quatro segundos.

Naturalmente, haverá versões mais mundanas, como motores mais racionais e económicos. A gama diesel terá duas versões do motor 2.2 litros, com potências entre os 150 e os 180 cavalos. Por seu turno, a gama de motores a gasolina será baseada num motor 2.0 litros com potências que podem ir dos 180 aos 300 cavalos.



## AGENDA

### LUANDA

#### ATÉ 28 DE JANEIRO

5ª. Edição do Programa de Férias 'Oficinas & Letras', no Memorial Agostinho Neto. Nesta edição, será explorada a identidade da etnia Tchokwe, seus usos e tradições.

#### ATÉ 31 JANEIRO

Exposição de artes plásticas denominada 'A Lenda da Transformação', de Jone Ferreira, no Espaço Luanda Arte, a partir das 18 horas.

#### 10 DE JANEIRO

'Aprendendo com as mulheres' apresenta 'A Mulher e os desafios no Mercado de Trabalho', com Sandra Pimentel e Nair de Sousa. 19 horas. King's Club, Vila Alice. Ingressos a 1.000 kz.

#### 16 DE JANEIRO

Lançamento do livro 'O que deves saber antes de entrar para a universidade?' de Mara Kiassekoka. No Centro Cultural Português, às 18:30. O livro custa 2.000 kwanzas.

#### 25 E 26 DE JANEIRO

Congresso Internacional dos Médicos em Angola sob o tema 'Os médicos e a criação de um ambiente favorável para a saúde', no Centro de Convenções de Talatona. A partir das 9 horas.

“ Se um ser humano sai à rua à procura de um emprego e é humilhado, não tem como chegar à sua casa e passar amor e compaixão aos seus. ”

YOLA SEMEDO, CANTORA E COMPOSITORA

# “Não há nada que possa justificar o tão fraco empenho da nossa cultura”

**MÚSICA.** Uma das vozes mais sonantes da música angolana, Yola Semedo prepara-se para lançar um álbum duplo este ano. Em entrevista ao VE, a ‘rainha’ do carnaval 2018 apela ao resgate do ‘Carnaval da Vitória’. Condena a violência contra as mulheres e lamenta a linguagem em algumas músicas. E critica o Governo pelo “fraco empenho” na cultura.

Por Lúcia de Almeida

**É o rosto do carnaval 2018. Como está a preparar-se para enfrentar este desafio?**

A partir deste mês, vou apurar a minha dança na rebita, o meu toque ao som do quissanje, e vou fazer o meu melhor para ter um bom desempenho no carnaval. Para além de estar envolvida na musicalidade, é importante a interacção com o público e com a nossa sociedade. Muitos de nós deixámos de olhar para o ‘carnaval da vitória’ como uma data importante para a nossa cultura, nossa nação e irmandade. É importante resgatarmos esse carinho que todos devemos ter pelo que é nosso.

**Como vê a música angolana actualmente?**

A música está a dar passos saudáveis. Cada coisa no seu tempo. Claro que há muitas coisas positivas e negativas. A música está a crescer e, com esse crescimento e força de vontade,

é também importante que comecemos implementar aspectos como mais escolas de música, mais incentivo para que a população se possa virar para esta arte, principalmente a juventude porque, através da música, podemos evitar que vá para as ruas praticar crimes. Se quisermos, podemos tirar bons proveitos da música.

**Os músicos têm cumprido o seu papel?**

Isso é difícil. Há coisas boas e más. Mas nada está perdido. Uns dos aspectos que mais me preocupa é a linguagem que se está a mostrar. O músico também é um professor e tem a grande tarefa de educar. E isso é um apelo a todos os fazedores de música. É muito importante termos cuidado com o que cantamos, pois a nossa sociedade está a colher.

**E o Ministério da Cultura?**

Devia estar a fazer mais. Muitas desculpas são formatadas, muito se é dito. O que fazem é muito pouco. Não há nada que possa justificar o tão fraco empenho da nossa cultura.

**É considerada ‘diva’ da música angolana. Como vê esse título?**

Considero-me uma artista que teve a grande sorte de cair na graça dessa comunidade e, por causa disso, tenho a sorte maior de ter o meu trabalho aceite pela sociedade. ‘Diva’ é uma palavra muito pesada e, às vezes, as pessoas pensam que estou a exagerar. Uma ‘diva’ é uma deusa e, para me considerar uma deusa, tenho de estar no mesmo patamar da Lurdes van Dúnem e ainda falta muito para lá chegar. Um dia, se continuar a trabalhar de forma saudável, com qualidade e a fazer música que possa ficar nesta sociedade, aí sim, vão poder chamar-me ‘diva’. Por enquanto, ainda falta muito.

**Como avalia a exposição de artistas nas redes sociais?**

Não gosto muito de julgar os seres



Mário Mujetes © VE

## PERFIL

**Yola Moutofa Coimbra Semedo** nasceu a 8 de Maio de 1978, em Benguela, mas foi criada em São Tomé e Príncipe. Actualmente, vive em Luanda. Começou a carreira musical em 1984 no projecto Impactus 4, criado pelos irmãos. Tem quatro álbuns e prevê lançar o quinto ainda no primeiro trimestre deste ano. Yola Semedo é das cantoras angolanas mais premiadas. Em 2007, foi nomeada ‘Diva da Musica’ e ‘Diva do Momento’. Em 1995, ganhou o prémio de ‘Voz de Ouro de África’.

humanos. Há vários factores que fazem com que as pessoas tenham tais atitudes. Para julgar alguém tinha de ser um ser humano 100% recto. Há muitas coisas que faço que não são correctas, muito antes de julgar tenho de melhorar o que faço de errado e, aos poucos,

vamos tentar mudar a forma de pensar. É necessário estudarmos os motivos que levam as pessoas a tal exposição e, a partir daí, podemos ajudá-las a superar. Pode ser uma doença psicológica, pode ser uma necessidade de chegar ao estrelato o mais rápido possível.

**Têm crescido os casos de violência doméstica. Como se pode evitar este problema?**

Devemos ter em conta o factor desemprego e as necessidades por que todos passamos. Tudo isso acaba por gerar essa necessidade de violência. É uma acção que vamos sempre reprovar e devemos ter em mente que a violência não acontece só com as mulheres. Acontece com crianças e com os homens. Se um ser humano sai à rua à procura de um emprego e é humilhado, não tem como chegar à sua casa e passar amor e compaixão aos seus. É um problema para cuja solução a sociedade devia empenhar-se mais. Podemos ter prédios bonitos, construções de ponta, mas, se a sociedade não estiver preparada e se estiver doente, de nada nos vai valer este desenvolvimento.

**É muito caro ter a Yola Semedo num espectáculo?**

Como qualquer outro emprego, quando nos organizamos, é possível viver do nosso emprego e com a música não é diferente. Organização quer dizer respeito pelo contratante, respeito pelo público. Quando mostramos respeito pelo nosso trabalho é possível viver da música.

**Factura mais com espectáculos ou com campanhas publicitárias?**

Uma coisa complementa a outra. Não temos défice de nenhum desses itens. Tudo dá e tudo factura (risos).

**Tem algum disco a caminho?**

Sim. Um álbum duplo, para o princípio deste ano.

**Como tem sido a experiência com a sua filha adoptiva?**

Não foi uma situação em que eu e o meu esposo tivéssemos ido a um lar. Foi uma situação de uma fotografia na internet através da qual descobrimos a localização da criança. Senti que a minha filha Weza estava a pedir para ir buscá-la. E hoje sinto que eu é que preciso dela. A Weza é um anjo que veio para as nossas vidas.

NÚMEROS DA SEMANA

150

milhões de kwanzas, valor da redução das receitas da repartição fiscal de Saurimo, na Lunda-Sul, o ano passado em relação aos três mil milhões de kwanzas arrecadados em 2016, segundo o director regional da AGT, Inácio Morão.

415,7

milhões de dólares, valor aprovado pelo Governo para dois acordos de financiamentos destinados a cobrir o défice de funcionamento do projecto de aproveitamento hidroelétrico de Laúca.

10,1

milhões, quantidade de ovos que Benguela produziu o ano passado, representando um aumento de 134% em relação a 2016, segundo o chefe dos Serviços de Veterinária de Benguela, Elisabeth Conde.

70%

Taxa da execução física das obras de duplicação do Caminho-de-Ferro de Luanda (CFL), representando 40 quilómetros do troço Bungo/Baia.



Mário Muelles © VE

POSSE PARA HOJE

Entrepasto Aduaneiro com nova administração

O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, concede hoje posse ao novo conselho de administração do Entrepasto Aduaneiro de Angola (EAA), nas suas instalações, Palácio de Vidro, em Luanda.

De acordo com uma nota, a que o VE teve acesso, integram o novo conselho de administração do Entrepasto Aduaneiro de Angola, Ludgério de Jesus Florentino Pelinganga (presidente do conselho de administração), Mariana da Luz Silva Santos (administradora), Bráulio Dias dos Santos Caetano de Brito (administrador), Fernando Silveiro Pegado Sobrinho (administrador) e Alice Paula dos Santos Neves (administradora).

O anterior conselho de administração era presidido pelo actual ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem. O EAA é uma empresa pública criada em 2002 e que deverá gerir a Reserva Estratégica Alimentar do Estado, para garantir, até cerca de um ano, as necessidades de produtos da cesta básica, além de manutenção da estabilidade dos preços do mercado e de importação.

CONVIDADOS TODOS OS JORNALISTAS

João Lourenço abre-se à imprensa

O Presidente da República, João Lourenço, realiza, hoje, uma conferência de imprensa em que são convidados todos os jornalistas, entre nacionais e estrangeiros.

O evento representa um marco, considerado histórico na relação entre a figura do Presidente e a imprensa, marcado, entre outros aspectos, pela inexistência de uma grande entrevista a um órgão nacional nos últimos anos, bem como pelo tratamento preferencial que os órgãos públicos rece-

bem face aos privados.

É a primeira vez que os jornalistas nacionais têm a possibilidade de questionar abertamente o Presidente da República, sem constrangimentos. O exercício contraria as leituras feitas durante a primeira entrevista de João Lourenço, depois de eleito, à agência espanhola EFE. Na altura, foi acusado de pretender manter a preferência de abordar os grandes temas do país a órgãos estrangeiros.

O secretário para a comuni-

cação institucional e imprensa da Presidência da República, Luís Fernando, garante tratar-se de um exercício que o Presidente quer manter durante todo o mandato. “Não será, em rigor, uma entrevista organizada por motivo expresso dos 100 primeiros dias de governação do Presidente João Lourenço, mas sim algo muito mais abrangente que procura uma maior aproximação da imprensa ao novo Chefe de Estado”, assegurou.

O VALOR ESTA SEMANA

CONCESSIONÁRIAS PREOCUPADAS  
Informal ganha com usados

O mercado informal de venda de viaturas pode ser um dos principais beneficiários com a possibilidade de Angola vir a alargar a importação de carros usados. O Governo pretende aumentar para cinco e 10 anos a idade limite de viaturas a serem importadas, contra os actuais três e cinco anos. Pág. 8



NA TPA

Fantasma sem salários

José Guerreiro, presidente do conselho de administração da TPA, nomeado há menos de três meses, denuncia a existência de muitos funcionários ‘fantasma’ na empresa. Apesar de admitir que seja um “paradigma” das empresas públicas, garante que “tudo está a ser feito” para que deixem de constar nas folhas de salários. Pág. 18

EM FEVEREIRO

Oi e Unitel em tribunal

O processo arbitral da Oi contra acconistas da Unitel, iniciado em 2015, tem a primeira audiência marcada para Fevereiro, de acordo com o jornal português Público. O episódio começou em 2014, quando a Oi ficou com a PT, que faz parte da estrutura accionista da Unitel, liderada pela empresária Isabel dos Santos. Pág. 22